

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

LUIZA FONSECA DE ARAUJO

**“O PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESEJADO”**  
PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL E A ESCOLHA DO PERFIL PELOS  
PRETENDENTES

São Paulo

2019

LUIZA FONSECA DE ARAUJO

**“O PERFIL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DESEJADO”**  
PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL E A ESCOLHA DO PERFIL PELOS  
PRETENDENTES

Trabalho de conclusão de curso apresentado  
para o curso de Direito da Fundação Getúlio  
Vargas para obtenção de diploma de  
bacharel em direito. Professora Orientadora:  
Vivianne Geraldine Ferreira Mese.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à minha mãe, por sempre batalhar para me proporcionar todas as melhores oportunidades de aprendizado, lutar por mim, confiar no meu potencial e me dar a mão em todos os momentos que precisei.

Agradeço aos meus professores, que me ensinaram a maior parte do que carrego comigo.

Agradeço ao Conexão Social e todos os membros que dividiram esse espaço, por me tornarem cada dia mais humana e me ensinarem o verdadeiro significado de gratidão.

Agradeço à minha orientadora, Vivianne Geraldine Ferreira Mese, professora que ensina muito mais do que o conhecimento técnico, pela dedicação e orientação.

Agradeço à professora Maria Cecília Asperti, por todo o apoio e contribuição. Que a paixão que te move no seu trabalho continue servindo de inspiração para mim e muitas outras.

E, por fim, agradeço à Julia, Fernanda, Nina, Juliana e Luiza, com quem vivi todos os momentos aqui dentro e muitos lá fora. Que as nossas conquistas estejam apenas no início e que possamos compartilhá-las sempre.

## RESUMO

O sistema de adoção no Brasil é complexo e apresenta algumas falhas, que resultam na grande disparidade do número de crianças e adolescentes aptos à adoção e de pretendentes habilitados. A diferença é extremamente significativa: enquanto 46.000 pessoas estão habilitadas para adotar, 9.000 crianças ou adolescentes estão aptos à adoção. O perfil da criança ou adolescente desejado, determinado pelo pretendente, reflete um dos principais problemas do processo de adoção que levam a esses números contraditórios. Por meio da análise desse perfil, percebe-se que os pretendentes desejam adotar crianças de até 5 anos de idade, enquanto a maioria das pessoas aptas à adoção são crianças mais velhas e adolescentes, entre 15 a 17 anos. Os órgãos responsáveis pelo regulamento da adoção já constataram o problema trazido por essa incompatibilidade de perfis e buscaram, em agosto de 2019, alterar o sistema no qual todos os dados referentes aos processos adotivos são armazenados. As mudanças de longo prazo trazidas por esse novo sistema não são mensuráveis no momento do presente trabalho, mas avalia-se que este sistema não altera substancialmente como o perfil é encarado no cadastramento do pretendente.

**Palavras-chave:** Adoção; Criança; Adolescente; Perfil; Idade; CNA; SNA.

## **ABSTRACT**

The adoption process in Brazil is complex and presents some flaws, which result in the large disparity in the number of children eligible for adoption and qualified applicants to adopt. The difference is extremely significant: while 46,000 people are able to adopt, 9,000 children or adolescents are fit for adoption. The desired child or adolescent profile determined by the applicant reflects one of the main problems of the adoption process that lead to these contradictory numbers. Through the analysis of this profile, it is clear that the applicants want to adopt children up to 5 years old, while the majority of those who are suitable for adoption are older children and adolescents, between 15 and 17 years old. The agencies responsible for the adoption regulation have already noted the problem brought about by this mismatch of profiles and in August 2019 sought to change the system in which all data relating to the adoption processes are stored. The long-term changes brought about by this new system are not measurable at the time of the present work, but it is assessed that this system does not substantially change how the profile is viewed in the applicant's registration.

**Key-words:** Adoption; Children; Adolescents; Profile; Age; CNA; SNA.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

CNA – Cadastro Nacional de Adoção

CNCA – Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescentes.

SNA – Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

## **LISTA DE GRÁFICOS**

GRÁFICO 01 – Raça das crianças e adolescentes aptos à adoção.

GRÁFICO 02 – Condições de saúde das crianças e adolescentes aptos à adoção.

GRÁFICO 03 – Gênero das crianças e adolescentes aptos à adoção.

GRÁFICO 04 – Idade das crianças e adolescentes aptos à adoção.

GRÁFICO 05 – Quantidade de raças aceitas pelos pretendentes.

GRÁFICO 06 – Raça das crianças e adolescentes desejados dentro da amostragem que seleciona apenas 1 raça.

GRÁFICO 07 – Condições de saúde das crianças e adolescentes desejados.

GRÁFICO 08 – Gênero das crianças e adolescentes desejados.

GRÁFICO 09 – Idade das crianças e adolescentes desejados.

GRÁFICO 10 – Comparativo entre a idade das crianças e adolescentes aptos à adoção e a idade desejada pelos pretendentes.

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO I – Ficha cadastral de criança ou adolescente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

ANEXO II – Modelo de petição inicial para pedido de habilitação TJMG.

ANEXO III – Modelo de avaliação psicossocial.

ANEXO IV – Consulta de pretendentes e crianças/adolescentes.

ANEXO V – Pré-cadastro no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)



## SUMÁRIO

<b>Introdução .....</b>	<b>10</b>
<b>1. PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL E O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO 14</b>	
1.1. O ECA e a adoção no Brasil .....	14
1.2. A criação do CNA pelo CNJ .....	15
1.3. Inscrição dos pretendentes no CNA .....	18
1.4. Escolha do perfil da criança ou adolescente .....	22
<b>2. DADOS SOBRE O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO .....</b>	<b>26</b>
2.1. Crianças e adolescentes aptos à adoção no Brasil .....	26
(i) Raça .....	27
(ii) Condições de saúde .....	27
(iii) Gênero .....	28
(iv) Idade .....	29
(v) Quem são as crianças e adolescentes aptos à adoção? .....	30
2.2. Pretendentes habilitados à adoção .....	30
(i) Raça .....	31
(ii) Condições de saúde .....	33
(iii) Gênero .....	34
(iv) Idade .....	35
(v) Quem são as crianças ou adolescentes desejados? .....	37
2.3. A realidade brasileira em contraposição com a expectativa dos brasileiros	37
<b>3. A RELEVÂNCIA DA FAIXA ETÁRIA NO PROCESSO ADOTIVO BRASILEIRO .....</b>	<b>40</b>
3.1. Perfil etário da adoção e as motivações dos pretendentes .....	40
3.2. Estereótipos sobre a criança mais velha e o adolescente em situação de acolhimento .....	42
3.3. Iniciativa de busca ativa pelos pretendentes .....	45
<b>4. NOVO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS .....</b>	<b>48</b>
<b>Conclusão .....</b>	<b>56</b>
<b>Referências .....</b>	<b>59</b>
Anexo I – Ficha Cadastral de Criança ou Adolescente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) .....	66

Anexo II – Modelo de Petição Inicial para Pedido de Habilitação TJMG .....	67
Anexo III – Modelo de Avaliação Psicossocial .....	73
Anexo IV – Consulta de Pretendentes e Crianças/Adolescentes .....	79
Anexo V – Pré-Cadastro no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) .....	80

## Introdução

A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 227, que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar a todas as crianças e adolescentes “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”<sup>1</sup> e ainda determina a necessidade de deixar essas crianças e adolescentes “a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”<sup>2</sup>.

É por esse motivo que o Estado possui a competência para determinar o acolhimento de crianças ou adolescentes que se encontram em situação de risco em suas famílias, isto é, situações que violem os seus direitos. Depois de acolhidas, essas crianças ou adolescentes passam por diversas tentativas de recolocação na família biológica. Não sendo possível a reinserção na família biológica, o Estado confere a possibilidade da adoção.

O instituto da adoção é uma das formas que o Estado e a sociedade encontram de conferir às crianças e adolescentes alguns dos direitos que lhes foram tirados, como a possibilidade de convivência familiar, tão preconizada na legislação brasileira. A Lei nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alterada pela Lei nº 13.509/2017, é o instrumento que regula o processo de adoção, estabelecendo ordens e prazos que devem ser cumpridos no processo. Esta lei, que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, deve ser interpretada colocando sempre à frente o princípio do melhor interesse do menor.

Por meio da adoção, é vislumbrada a possibilidade de uma criança ou adolescente que, por ter se encontrado em situação de risco e ter sido acolhido, seja integrado a uma

---

<sup>1</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016, artigo 227.

<sup>2</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016, artigo 227.

família substituta. Essa reintegração da criança ou adolescente é importante para a continuidade do seu desenvolvimento e do exercício de seus direitos.

A análise da realidade brasileira no que tange a adoção é angustiante. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), responsável por coordenar o sistema de adoção do país permite o acesso a dados brutos do referido sistema. Ao examinar tais dados, encontramos uma disparidade gritante: enquanto 9.608 crianças ou adolescentes estão aptos à adoção, ou seja, já passaram pelo processo de destituição do poder familiar, 46.165 pessoas estão habilitadas para adotar, isto é, estão à procura de uma criança ou adolescente para compor a sua família.

Em uma realidade ideal, cada uma dessas crianças ou adolescentes já teria uma família pela qual ser adotada. Os pretendentes fariam fila para adotar nos casos em que uma outra criança ou adolescente viesse a se tornar apto à adoção. No entanto essa não é a realidade. No Brasil, mais de 9.000 crianças ou adolescentes fazem fila para serem adotados e, muitas vezes, não o são.

Esses números nos levam a questionar qual seria o problema da adoção no Brasil. Por que essas crianças não são incluídas nas famílias que desejam adotar? É essa pergunta que o presente trabalho busca responder.

Por meio da avaliação do processo adotivo no Brasil, foi possível identificar um grande problema que afeta diretamente os números apresentados acima e, consequentemente, o futuro das crianças e adolescentes aptos à adoção, qual seja, a escolha do perfil da criança ou adolescente pela família pretendente à adoção.

Quando uma família – termo aqui apresentado de forma abrangente, sem qualquer restrição – se interessa pela adoção ela deve se inscrever no Cadastro Nacional de Adoção (CNA).

No processo de inscrição, uma das fases requer que o pretendente selecione qual é o perfil da criança ou do adolescente que deseja adotar. Esse perfil é composto por características tais como: raça, sexo, idade, entre outros. O título deste trabalho especifica literalmente como essa fase do cadastro é nomeada “perfil da criança e do adolescente desejado”, determinação essa que reforça as consequências significativas que a escolha do perfil apresenta sobre o processo de adoção.

Dentre as características que o pretendente pode selecionar na criança ou adolescente que deseja adotar, a idade se mostrou a mais relevante. O problema encontrado é que os pretendentes determinam que querem adotar crianças de até 5 anos de idade, enquanto a maior parte das crianças e adolescentes acolhidos e aptos à adoção tem mais idade do que a desejada.

Parcela da sociedade já se mostrou compreensiva no que concerne a esta questão, formando projetos e grupos de apoio que buscam fomentar o processo adotivo e diminuir essa discrepância gritante que hoje se encontra no Brasil<sup>3</sup>.

Em agosto de 2019 o CNJ demonstrou preocupação com essa questão quando alterou o sistema pelo qual o processo de adoção é coordenado. Assim, o antigo CNA foi substituído pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA) que visa colocar a criança e o adolescente como o centro do processo, conferindo a eles maior importância durante a adoção, o que deveria acontecer desde sempre.

A metodologia de pesquisa usada no presente trabalho para verificar os problemas no processo adotivo brasileiro é fundada na análise de dados secundários disponibilizados pelo CNJ<sup>4</sup>, referentes ao CNA, coletados no dia 26 de agosto de 2019 e pesquisa bibliográfica sobre o tema, com o objetivo de explorar e interpretar os dados públicos fornecidos pelo CNJ.

---

<sup>3</sup> Este item faz referência aos grupos de apoio à adoção, tais como os Grupos de Busca Ativa, que serão discutidos no capítulo 3 “A relevância da faixa etária no processo adotivo brasileiro”.

<sup>4</sup> Dados coletados do seguinte *site*: <http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>. Acessado em: 26 de agosto de 2019.

Nesse contexto, o presente trabalho pretende discutir a questão da escolha seletiva do perfil da criança ou adolescente desejado, debatendo as motivações de tais escolhas e avaliar a mudança proposta pelo CNJ a partir (i) da compreensão do processo adotivo brasileiro com base nas leis vigentes; (ii) da análise dos dados que demonstram a realidade brasileira e permitem a determinação de um perfil de criança e adolescente apto à adoção; (iii) do estudo da relevância da faixa etária para os pretendentes habilitados; e (iv) da discussão acerca do novo sistema de coordenação do processo adotivo, o SNA.

Após a análise desses pontos, conclui-se que a determinação do perfil da criança ou adolescente desejado apresenta efeitos diretos no nível de adoção do país. A idade é a principal característica que leva à não ocorrência de compatibilidade entre o perfil da criança ou adolescente apto à adoção e o perfil da criança ou adolescente desejado pelos pretendentes habilitados. Enquanto a maior parte dos pretendentes deseja adotar crianças de até, no máximo, 5 anos, a faixa etária mais comum das crianças e adolescentes aptos à adoção é entre 15 e 17 anos.

Apesar dos avanços que ocorreram até a presente data, conferindo maior atenção às adoções necessárias, que são referentes a crianças e adolescentes mais velhos, com alguma doença ou grupos de irmãos, não há como dizer que houve uma mudança efetiva no processo de adoção. Apesar, inclusive, da alteração do sistema coordenador, com objetivo de colocar a criança como centro do processo, percebe-se que a medida apenas mascara um problema muito maior, uma vez que não há qualquer alteração a respeito do perfil da criança ou adolescente desejado, que é determinado pelos pretendentes no momento em que se cadastram no sistema.

## 1. PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL E O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO

### 1.1. O ECA e a adoção no Brasil

O instituto da adoção, presente no ordenamento jurídico brasileiro desde o Código Civil de 1916, sofreu grandes alterações e é hoje guiado principalmente pelo ECA.

O ECA foi uma lei criada para proteger os direitos da criança e do adolescente. Trata da defesa de uma série de direitos que devem ser assegurados, dentre os quais se encontra a convivência familiar. A Lei determina que a convivência familiar deve ser assegurada em todos os casos, inclusive em casos nos quais os pais estejam privados de liberdade ou em acolhimento institucional, permitindo, nessas situações, visitas periódicas. No entanto, como deixa claro o artigo 19, a convivência em família substituta, que seria o caso da adoção, deve ser assegurada apenas em último caso:

“Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, **excepcionalmente, em família substituta**, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.” (Brasil, 1990) (grifos meus)

Essa lei encoraja em todas as possibilidades a tentativa de reinserção da criança ou adolescente na família biológica, colocando a adoção como a última medida a ser tomada para que a criança ou adolescente volte a usufruir da convivência familiar.

Ao tratar da adoção, em seu artigo 50, o ECA determina: “Art. 50 A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção” (Brasil, 1990). Essa determinação fez com que cada comarca possuísse o seu registro próprio de crianças e adolescentes aptos à adoção e de pessoas interessadas em se tornar pretendentes à adoção. Tais sistemas regionais que captavam e reuniam as informações dos pretendentes à adoção e das crianças e adolescentes em condições

de serem adotados, tinham como finalidade facilitar o encontro de famílias para essas crianças.

O cruzamento de dados para a compatibilidade entre esses pretendentes e adotandos ocorria apenas dentro do registro da comarca específica. Assim, se uma pessoa habilitada a adotar pretendesse expandir o seu leque de possibilidades para adotar criança ou adolescente de outra comarca, era necessário se registrar em cada uma das comarcas escolhidas. Isso colaborava com a morosidade do processo de adoção, e também contribuía com a dificuldade na organização desse processo, uma vez que cada comarca o realizava de forma independente<sup>5</sup>.

## **1.2. A criação do CNA pelo CNJ**

Em 2008, por meio da Resolução nº 54, o CNJ, considerando as normas acerca do instituto da adoção dispostas no ECA, promoveu a criação do CNA, que tinha como objetivo unificar os cadastros de pessoas habilitadas para adotar e de crianças e adolescentes aptos à adoção mantidos por cada comarca. A ideia central desse novo sistema era a de conferir maior facilidade e rapidez ao processo de adoção, uma vez que o encontro de famílias seria agora realizado em âmbito nacional e não mais regional.

Os responsáveis por alimentar esse cadastro nacional são as corregedorias dos Tribunais de Justiça e os juízes competentes, que têm o dever de incluir no CNA as crianças e adolescentes disponíveis para adoção e os pretendentes cuja sentença de habilitação tiver sido proferida. O cadastro, no entanto, não é público. Apenas os órgãos autorizados podem acessá-lo e verificar a relação de crianças e adolescentes e de pretendentes habilitados.

O objetivo do Cadastro Nacional, portanto, era o de promover a celeridade do processo de adoção, o que teoricamente levaria a um aumento no número de adoções

---

<sup>5</sup> Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Encontros e desencontros da adoção no Brasil**: Uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça, Brasília, 2013, p. 7.



e, assim, mais crianças estariam reinseridas no seio familiar. Isso aconteceria uma vez que com o advento do CNA o controle sobre pretendentes e crianças e adolescentes aptos à adoção se tornaria superior ao já existente e, ainda, haveria maior abrangência do instituto da adoção no sentido de proporcionar uma busca nacional de famílias para essas crianças.

Como mencionado, os pais têm o dever de cumprir com as obrigações de cuidado e proteção para com seus filhos. Quando, por algum motivo, os pais se encontram impossibilitados de se encarregar dessas obrigações, a criança ou adolescente pode ser encaminhado para acolhimento institucional ou familiar. Mesmo nessa hipótese, a relação com os pais biológicos ainda é encorajada, uma vez que o acolhimento, segundo o ECA é apenas uma “medida provisória e excepcional, utilizada como forma de transição para a reintegração familiar”<sup>6</sup>. Novamente a lei coloca a adoção como último recurso quando continua a disposição anterior, dizendo que apenas quando não for possível a reintegração familiar na família biológica, se passa a buscar pela colocação em família substituta.

No caso de crianças e adolescentes acolhidos que não conseguem a reintegração familiar após todas as tentativas viáveis, um relatório é enviado ao Ministério Público explicando as medidas realizadas no acolhimento e fundamentando o motivo pelo qual a reinserção não é mais uma alternativa válida. O relatório apresentará uma recomendação de destituição do poder familiar, que permitirá a essa criança ou adolescente a inclusão no CNA e um possível retorno à convivência familiar por meio da inclusão em família substituta.

Além dessa forma de inclusão da criança ou adolescente no CNA, outra hipótese de cadastramento se dá no caso de famílias de recém-nascidos ou crianças e

---

<sup>6</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 101, parágrafo 1º.

adolescentes acolhidos que não os procurem no prazo de 30 dias contados a partir da data do acolhimento<sup>7</sup>.

Além dos casos de destituição do poder familiar por impossibilidade de reinserção na família biológica, crianças e adolescentes com até 18 anos na data do pedido de adoção, cujos pais forem falecidos ou desconhecidos ou cujos pais tenham concordado com a adoção e tiverem sido destituídos do poder familiar, também serão inscritos no CNA<sup>8</sup>.

A inserção das crianças e adolescentes no Cadastro Nacional de Adoção deve ser realizada pela autoridade competente. O juiz, ao determinar ser a criança ou adolescente em questão apto para a adoção, deve realizar o registro da criança ou adolescente no CNA. O cadastro requer que sejam preenchidas as seguintes informações: (i) o nome da criança ou adolescente, (ii) o número do processo em questão, (iii) o sexo, (iv) a raça, (v) se possui irmãos e, em caso positivo, quantos e se são gêmeos, (vi) a data de nascimento, (vii) se no momento da inscrição no cadastro a criança apresenta deficiência física, deficiência mental, HIV, outro tipo de doença ou se não há doença detectada neste momento, (viii) foto e (ix) anexar no registro o relatório psicológico e social da criança<sup>9</sup>.

Tendo completado o cadastro, a ficha da criança ou adolescente no CNA será armazenada e poderá ser consultada pelos órgãos autorizados. Exemplo oferecido pelo próprio Conselho Nacional de Justiça de como essa ficha fica armazenada no CNA está disposto no Anexo I.

---

<sup>7</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 19-A, parágrafo 10.

<sup>8</sup> ADOÇÃO: um encontro de amor. **Ministério Público do Paraná (MPPR)**. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/pagina-6099.html>>. Acesso em: 6 de julho de 2019.

<sup>9</sup> SILGUEIRO, Maria Tereza; BARBOSA, Sandra Helena; FALCÃO, Simone (org.). **Infância e Juventude - Cadastros do CNJ: A experiência prática do TJ PE**. Pernambuco: Coordenadoria da Infância e Juventude de PE, 2016, p. 9.

### 1.3. Inscrição dos pretendentes no CNA

Todas as pessoas que desejam se tornar pais adotivos devem estar inscritas no CNA. O procedimento para inclusão no cadastro, no entanto, não é simples. Como já mencionado, apenas os juízes competentes podem realizar essa inclusão. Além disso, para que o juiz possa inserir um pretendente no cadastro é necessário que uma sentença deferindo o pedido de habilitação desse pretendente tenha sido proferida.

Como o ECA estabelece que apenas as pessoas cadastradas, ou seja, os pretendentes habilitados, têm a aptidão legal para adotar, todos que buscam formar uma família por meio da adoção precisam realizar um pedido de habilitação no Judiciário.

Antes de dar início ao processo de adoção, o pretendente deve se certificar de que pode se tornar uma pessoa habilitada, cumprindo com as disposições previstas no ECA. A Lei estabelece que só podem adotar as pessoas que: (i) forem maiores de 18 anos, independentemente do estado civil; e (ii) que respeitem a diferença mínima de 16 anos entre aquele que adotará e a criança ou adolescente a ser adotado<sup>10</sup>. Uma vez preenchidos esses requisitos, o pretendente pode dar início ao processo, que é gratuito, na Vara da Infância e Juventude mais próxima da sua residência.

Esse processo é instaurado a partir do momento em que o pretendente entrega na Vara a petição do pedido de habilitação, juntamente com os documentos necessários. O ECA estabelece no artigo 197-A que a petição inicial dos pretendentes deve contar com: (i) qualificação completa; (ii) dados familiares; (iii) cópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento ou declaração relativa ao período de união estável; (iv) cópias do RG e do CPF; (v) comprovante de renda e de residência; (vi) atestado de sanidade física e mental; (vii) certidão negativa de distribuição cível; e (viii) certidão de antecedentes criminais.

---

<sup>10</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 42.

No momento da petição inicial, além das informações acima, os pretendentes realizam a escolha do perfil da criança ou adolescente desejado. A escolha desse perfil se dá por meio da seleção de determinadas características das crianças ou adolescentes, como idade, raça, gênero, entre outras. Algumas Varas disponibilizam um modelo de petição inicial para facilitar o procedimento para os pretendentes. A exemplo, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais oferece o modelo presente no Anexo II para que os pretendentes preencham e entreguem como pedido de habilitação.

Após a apresentação da petição inicial, a autoridade judiciária deverá, em até 48 horas encaminha-la juntamente com os documentos anexos ao Ministério Público para dar continuidade ao processo. A lei estabelece que o Ministério Público tem o prazo de 5 dias para analisar os documentos e (i) apresentar quesitos para serem respondidos, (ii) requerer audiência para escutar os pretendentes e testemunhas ou (iii) requerer a juntada de documentos complementares que considere necessários<sup>11</sup>. Caso considere não ser necessária qualquer diligência adicional, o Ministério Público pode apenas dar ciência e concordar com o procedimento do pedido de habilitação<sup>12</sup>.

Os futuros pretendentes devem, além disso, ser avaliados por uma equipe interprofissional do Estado. Essa equipe interprofissional tem como função realizar um estudo psicossocial para compreender, principalmente, os motivos pelos quais os pretendentes querem formar uma família por meio da adoção e avaliar se o pretendente tem a aptidão para formar tal família. Por meio desse estudo a equipe deve ser capaz de verificar a capacidade dos pretendentes, bem como o preparo que eles já possuem para exercerem a paternidade ou maternidade levando em consideração o que é disposto na Lei.

---

<sup>11</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 197-B.

<sup>12</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 197-D, parágrafo único.

O ECA também prevê a necessidade de participação dos pretendentes em programa de preparação para adoção. Neste programa, oferecido pela Justiça da Infância e da Juventude, a intenção é proporcionar um intercâmbio de conhecimento, permitindo aos futuros pretendentes maior familiaridade com o instituto da adoção, tanto do ponto de vista jurídico quanto do ponto de vista psicossocial. É ainda, uma espécie de curso preparatório, que antecipa possíveis dificuldades e orientações, além de estimular a adoção inter-racial, de crianças e adolescentes com deficiência, com doenças crônicas ou com necessidades específicas de saúde e de grupos de irmãos<sup>13</sup>.

Havendo uma certificação que evidencie que o pretendente participou e concluiu o programa de preparação para adoção, a lei estabelece que o juiz terá o prazo de 48 horas para decidir sobre as possíveis demandas do Ministério Público, caso tenham sido feitas, e juntar ao processo o estudo psicossocial realizado<sup>14</sup>. Cumpridas as demandas, ou se não houver demandas, o juiz permite avaliação do processo pelo Ministério Público e, após essa avaliação, o juiz deve decidir sobre a habilitação do pretendente no prazo de 5 dias<sup>15</sup>.

O juiz deve proferir uma decisão deferindo ou não o pedido de habilitação do pretendente à adoção. Tendo acatado o pedido e decretado ser o pretendente habilitado à adoção, o juiz competente realizará a inscrição do pretende no Cadastro Nacional de Adoção. Após concluído esse cadastro, o pretendente é inserido na fila de espera, que funciona de acordo com a ordem cronológica da sentença de habilitação, para encontrar criança ou adolescente para adotar.

---

<sup>13</sup> BRASIL. Lei no 12.012, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção; altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2009, artigo 2º que altera o 197-C, parágrafo 1º do ECA.

<sup>14</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 197-D.

<sup>15</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 197-D, parágrafo único.

A inscrição do pretendente permanecerá válida, em regra, por um período de 5 anos, mas o juízo da habilitação pode decidir por reduzir esse prazo<sup>16</sup>. Se terminado o prazo estipulado e a adoção não tiver sido realizada, o sistema notificará o juízo da habilitação que, por sua vez, enviará notificação ao pretendente para que ele providencie a renovação do seu pedido de habilitação. Uma vez providenciada, uma reavaliação do pretendente é executada e o juiz deverá decidir se mantém ou não o pretendente registrado no Cadastro Nacional.

O cancelamento da inscrição no CNA ocorrerá automaticamente nos casos de (i) óbito do pretendente, (ii) adoção e (iii) não havendo pedido de renovação, depois de terminado o prazo de validade da habilitação. Além desses motivos, a inscrição no Cadastro Nacional também pode ser cancelada mediante pedido formal de desistência por parte do pretendente ou no caso de se verificar alguma situação que qualifique o pretendente como inapto a adotar<sup>17</sup>.

Estando a inscrição do pretendente finalizada e válida, suas informações serão armazenadas no Cadastro Nacional e poderão ser acessadas pelos órgãos autorizados. A partir desse momento é permitido que a busca por compatibilidade seja iniciada.

A partir do momento em que a compatibilidade entre perfis é formalizada, o juiz realiza a vinculação da criança ao pretendente. Com essa vinculação – realizada via CNA – o pretendente é comunicado de que uma criança ou adolescente compatível foi encontrado e tem início o processo de aproximação (guarda judicial), momento em que é permitido a esse pretendente visitar o abrigo e dar passeios curtos com a criança ou adolescente.

Sendo essa aproximação bem-sucedida, passa-se para o estágio de convivência, que tem duração de 90 dias, no qual a criança ou adolescente pode morar com a família,

---

<sup>16</sup> Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Guia do usuário do cadastro nacional de adoção**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Maio de 2009, p. 11.

<sup>17</sup> Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Guia do usuário do cadastro nacional de adoção**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Maio de 2009, p. 11-12.

mas com acompanhamento de equipe técnica<sup>18</sup>. Findo esse prazo, o pretendente tem até 15 dias para propor uma ação de adoção no Judiciário<sup>19</sup>. Nesse momento, o juiz avaliará as condições da criança ou do adolescente e, considerando-as positivas, proferirá a sentença de adoção e determinará a elaboração de novo registro de nascimento. A partir desta sentença, a criança ou adolescente adotado passa a ser juridicamente reconhecida como filho(a) do pretendente habilitado.

#### 1.4. Escolha do perfil da criança ou adolescente

Conforme mencionado anteriormente, algumas Varas disponibilizam modelos de pedido de habilitação aos pretendentes. Esses modelos, normalmente contém, como o evidenciado no Anexo II, uma parte importante que é a determinação do perfil da criança ou adolescente desejado. Importante notar que a determinação do perfil da criança ou adolescente desejado não consta no rol taxativo do artigo 197-A do ECA, de forma que não é uma parte obrigatória da petição inicial.

A não obrigatoriedade da escolha do perfil no momento da petição inicial não reduz a importância dessa escolha. Caso o pretendente não realize essa determinação na petição inicial, o pretendente será obrigado a determinar tal perfil no momento da avaliação psicossocial, mesmo que isso não seja um requerimento previsto em lei.

A avaliação psicossocial, por sua vez, deve ser realizada por equipe interprofissional. A Lei não determina quem serão as pessoas que formarão essa equipe interprofissional, deixando a cargo dos Tribunais a função de compô-la. Por exemplo, no caso do Estado de São Paulo, por meio de norma administrativa, foi determinado que os responsáveis por prestar esses serviços são os assistentes sociais e psicólogos<sup>20</sup>.

---

<sup>18</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 46.

<sup>19</sup> BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990, artigo 19-A, parágrafo 7º.

<sup>20</sup> Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Provimento CG nº 6. **Criação de Grupo de Trabalho para qualificação dos profissionais de serviço social e psicologia nas áreas da Infância e da Juventude**,

Assim, no momento da avaliação psicossocial, parte importantíssima do processo de habilitação e necessária para o cadastramento do pretendente como adotante, os pretendentes devem se reunir com psicólogo e assistente social do Tribunal para que eles possam realizar o estudo necessário. É nesse momento que o perfil da criança ou adolescente desejado será, de fato, discutido com os pretendentes.

Segundo o modelo disponibilizado pelo próprio CNJ, além de contar com a definição do perfil desejado, a avaliação psicossocial deve conter também o preenchimento de informações como: (i) dados pessoais; (ii) escolaridade; (iii) profissão; (iv) faixa salarial; (v) se possui filhos, quantos filhos possui e se são biológicos ou adotados; (vi) se participa de grupo de apoio à adoção; (vii) endereço; (viii) dados do segundo pretendente, se houver; (ix) e responder uma série de perguntas que buscam determinar a motivação para a adoção, conforme disposto no Anexo III.

Em se tratando do perfil da criança ou adolescente desejado, o pretendente tem o poder de determinar as seguintes características que a criança ou adolescente disponível para adoção deve ter para, eventualmente, se tornar seu filho(a): (i) quantas crianças deseja adotar e se aceita adotar irmãos; (ii) a faixa etária; (iii) o sexo; (iv) o Estado em que é residente a criança; e (v) raça/cor. Há, ainda, uma seção na qual os pretendentes definem se aceitam ou não crianças e adolescentes com (i) doenças tratáveis; (ii) doenças não tratáveis; (iii) deficiência física; (iv) deficiência mental; e (v) vírus HIV<sup>21</sup>.

Tendo respondido a essas perguntas, o pretendente passa a ter o perfil da criança ou adolescente desejado definido. Assim, o seu cadastro no CNA contará com as suas informações pessoais e esse perfil, que é a parte mais relevante para o funcionamento do Cadastro Nacional de Adoção.

---

**Família e Violência Doméstica.** 2015. Disponível em: <[https://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Provimentos/Provimento\\_6\\_2015.pdf](https://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Provimentos/Provimento_6_2015.pdf)>. Acesso em: 23 de outubro de 2019.

<sup>21</sup> Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Guia do usuário do cadastro nacional de adoção**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Maio de 2009, p. 28.



O cadastro é uma plataforma que funciona por meio do cruzamento de dados contidos nele. É com base nesse perfil da criança ou adolescente formado na avaliação psicossocial que o CNA realiza o cruzamento dos dados disponibilizados pelos pretendentes com os perfis das crianças e adolescentes aptos à adoção. Esse cruzamento de dados é responsável pelo fornecimento de compatibilidade entre esses dois perfis. A compatibilidade gera uma lista: (i) de pretendentes para a criança e (ii) de crianças para pretendentes.

O CNA, para fazer o cruzamento de dados, realiza uma análise do perfil do pretendente e depois uma análise do perfil das crianças e adolescentes aptos à adoção. Ao encontrar compatibilidade entre esses perfis analisados, o CNA determina a convergência obtida entre eles. É dessa forma que o Cadastro Nacional encontra os perfis compatíveis entre si e promove o encontro de pretendentes com as crianças ou adolescentes.

Com o cruzamento de perfis, quando os órgãos autorizados acessam o cadastro para consultar os pretendentes e as crianças ou adolescentes, as informações disponibilizadas passam a englobar a lista formada pelo cruzamento. A exemplo de como o sistema disponibiliza essa lista, está o Anexo IV.

Como já explicado, o cruzamento se dá entre o perfil da criança ou adolescente apto à adoção e o perfil do pretendente. A questão a ser entendida nesse ponto é o que forma cada um dos perfis, ou seja, quais são as informações tomadas como relevantes pelo cadastro para a busca de compatibilidade.

O perfil das crianças e adolescentes aptos à adoção é determinado por suas características, histórico e condições. Conforme evidenciado anteriormente, ao cadastrar a criança no CNA essas são as informações pedidas pelo sistema. O perfil dos pretendentes, por sua vez, não é formado exclusivamente por suas características, histórico e condições. No momento do cadastro do pretendente, mais informações são

requeridas, o que confere uma interpretação diferente ao seu perfil da que é dada ao perfil das crianças e adolescentes.

Além das informações básicas, os pretendentes informam as características das crianças ou adolescentes que desejam adotar, e são essas características que complementam o perfil do pretendente. O cruzamento de dados capta, na verdade, o perfil da criança ou adolescente desejado presente na avaliação psicológica do pretendente e analisa o perfil das crianças e adolescentes cadastrados com o objetivo de encontrar crianças ou adolescentes que se adequem ao perfil escolhido pelos pretendentes.

Assim, o que é determinado como perfil do pretendente não são suas características, histórico e condições, mas sim as características e condições que eles buscam encontrar na criança ou adolescente que irão adotar, enquanto as crianças e adolescentes não têm a oportunidade de escolher por quem desejam ser adotados.

Tendo definido o que é considerado para o cruzamento de dados realizado pelo Cadastro Nacional de Adoção e como são encontradas as crianças adequadas para cada pretendente, pode-se concluir que quanto mais restrições o pretendente determinar no perfil da criança ou adolescente que deseja adotar, mais reduzida será a chance de compatibilidade com o seu perfil.

Definir o perfil do pretendente com base nas suas respostas em relação ao perfil da criança ou adolescente desejado é um problema quando tratamos do instituto da adoção. Para discutir tal problema é necessário examinar quais são os perfis das crianças aptas à adoção e os perfis desejados pelos pretendentes e, avaliar a compatibilidade entre eles.

## **2. DADOS SOBRE O CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO**

Os dados que serão apresentados a seguir foram colhidos do próprio site do CNJ, no dia 26 de agosto de 2019, e são referentes à realidade do sistema no dia de seu colhimento. Por meio da análise desses dados, que estão disponíveis para consulta pública, pode ser feita uma avaliação acerca da realidade brasileira no que tange à adoção com base nos perfis de pretendentes habilitados e de crianças e adolescentes aptos à adoção. Isto é, é possível avaliar o quão efetivo o sistema existente hoje é e de que forma o perfil pode afetar o seu funcionamento.

Uma parte dessa avaliação faz com que seja possível estabelecer um perfil médio das crianças e adolescentes que se encontram aptos à adoção e também um perfil médio das crianças e adolescentes desejados por aqueles que querem adotar. Isso significa que é possível mapear algumas características das crianças e adolescentes e também dos pretendentes para observar se existe ou não um padrão que tenha a capacidade de afetar o bom funcionamento desse instituto.

Para a formação desses perfis, serão analisados dados referentes a: (i) raça; (ii) condições de saúde; (iii) gênero; e (iv) idade dos envolvidos. Para o fim do presente trabalho, os dados usados para esta análise são relativos ao Brasil como um todo, não sendo esse um estudo fragmentado de acordo com as regiões do país, análise essa que é também permitida pelo site do CNJ.

### **2.1. Crianças e adolescentes aptos à adoção no Brasil**

Para compreender quem são as crianças ou adolescentes aptos à adoção, analisaremos as características das crianças e adolescentes inscritos no sistema de adoção até o dia 26 de agosto de 2019.

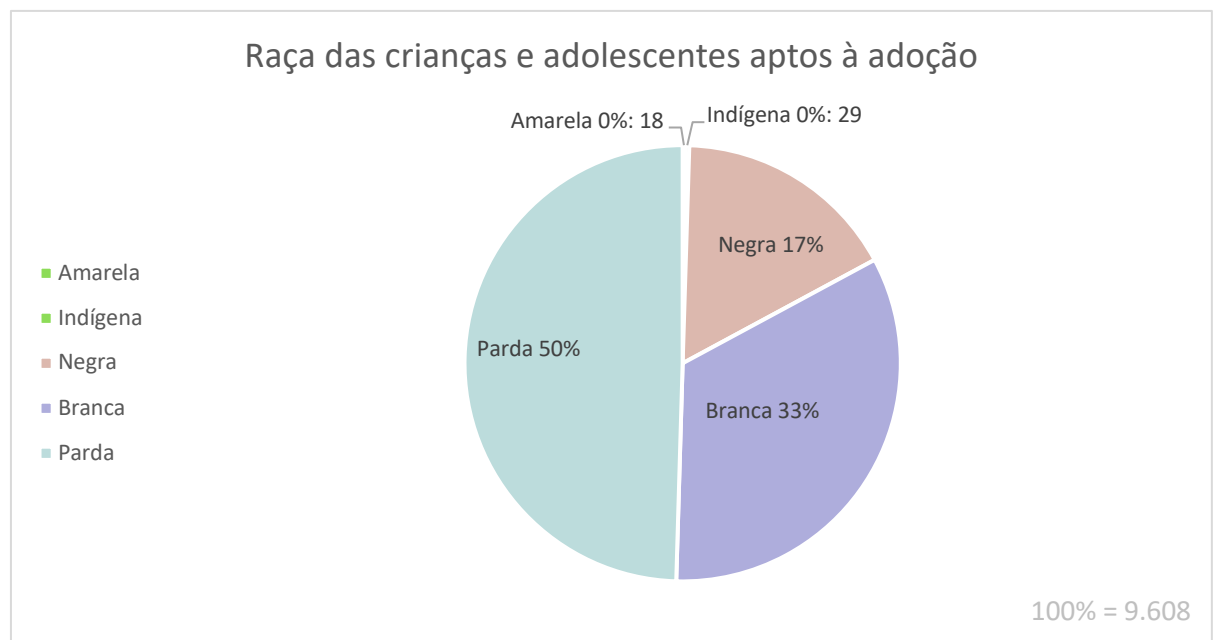
O início da análise deve contar com o número total de crianças e adolescentes inscritos no sistema. Esse número será a base da observação que será feita em relação às características específicas que foram determinadas acima. Com relação à

amostragem considerada, temos que o número total de crianças e adolescentes aptos à adoção, inscritos no sistema brasileiro, é de 9.608, sendo esse, portanto, o número equivalente a 100% nos gráficos que serão apresentados a seguir.

### (i) Raça

Em relação à raça das crianças e adolescentes inscritos, tem-se que 50% das crianças são pardas, 33% das crianças são brancas e 17% são negras. Os números referentes às crianças amarelas e indígenas são tão baixos (respectivamente, 18 e 29), que a porcentagem para tais raças é menor que 1%.

**Gráfico 01 – Raça das crianças e adolescentes aptos à adoção**



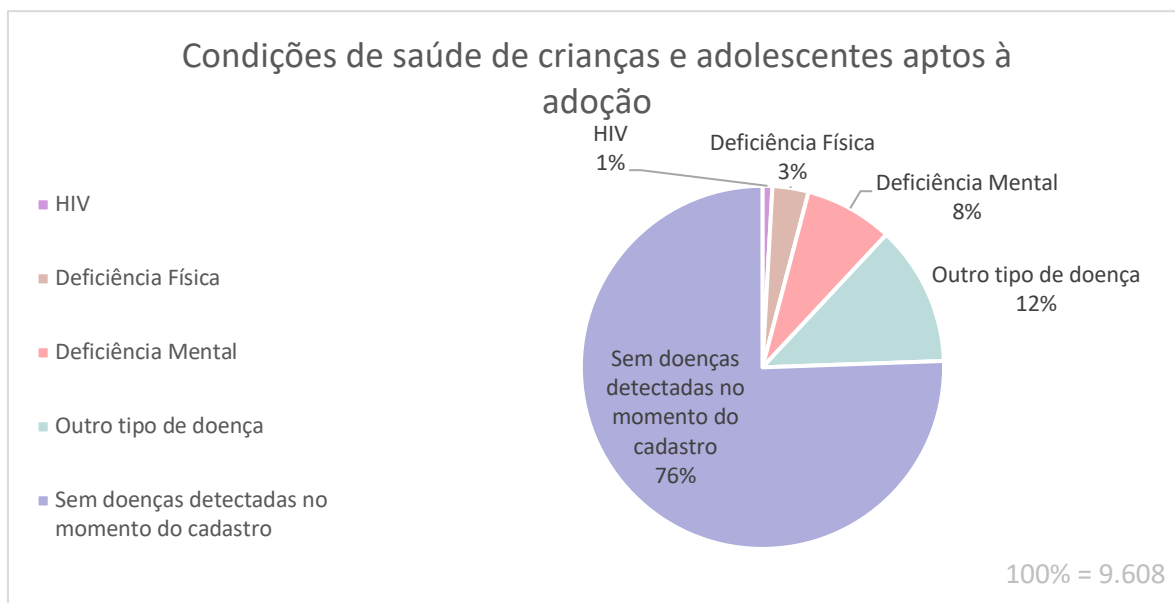
Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

### (ii) Condições de saúde

No que tange às condições de saúde das crianças e adolescentes, os números apresentados no gráfico a seguir são referentes à situação da criança no momento de seu cadastramento no sistema. Quaisquer deficiências ou doenças surgidas após o

momento da inscrição não estão computadas nessa base<sup>22</sup>. Segundo os dados do CNJ, a maioria das crianças e adolescentes, 76% delas, não possuem qualquer tipo de doença ou deficiência no momento de seu cadastro, enquanto apenas 8% apresentam alguma deficiência mental, 3% alguma deficiência física e 1% é portador do vírus HIV. Os outros 12% das crianças ou adolescentes foram diagnosticados com algum outro tipo de doença no momento em que foram cadastrados.

**Gráfico 02 – Condições de saúde das crianças e adolescentes aptos à adoção**



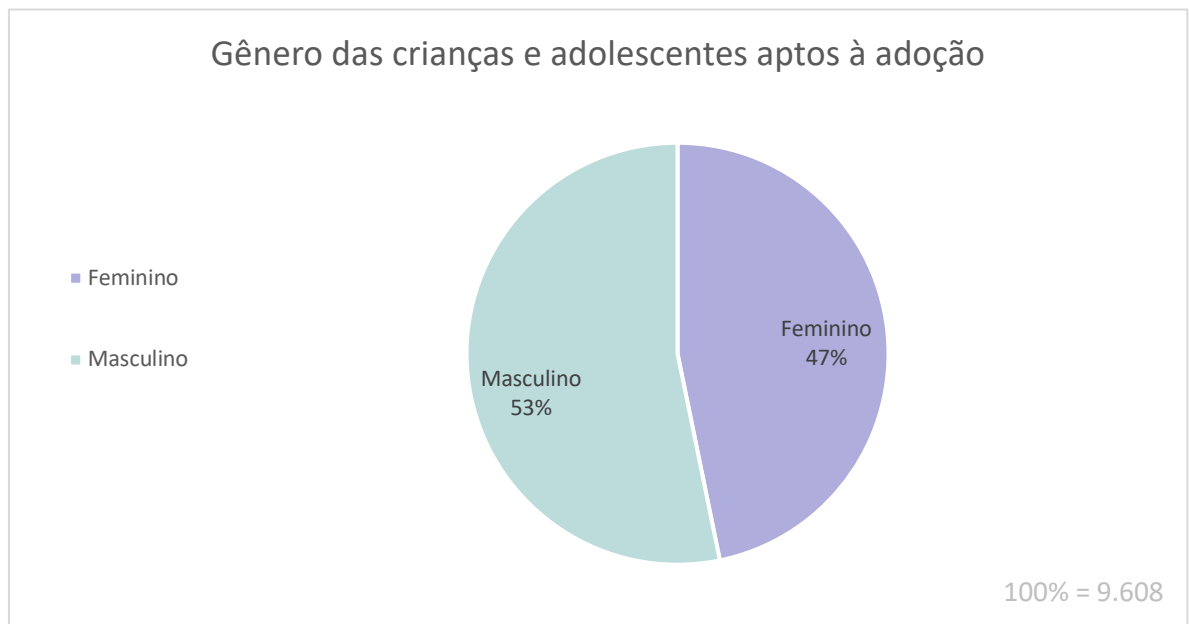
Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

### (iii) Gênero

Quanto ao gênero das crianças e adolescentes, os dados mostram que não há muita diferença entre crianças do gênero masculino e feminino. Enquanto 53% das crianças ou adolescentes aptos à adoção são do gênero masculino, 47% são do gênero feminino.

**Gráfico 03 – Gênero das crianças e adolescentes aptos à adoção**

<sup>22</sup> CNA diz que as doenças e deficiências são computadas apenas no momento da inscrição no cadastro.



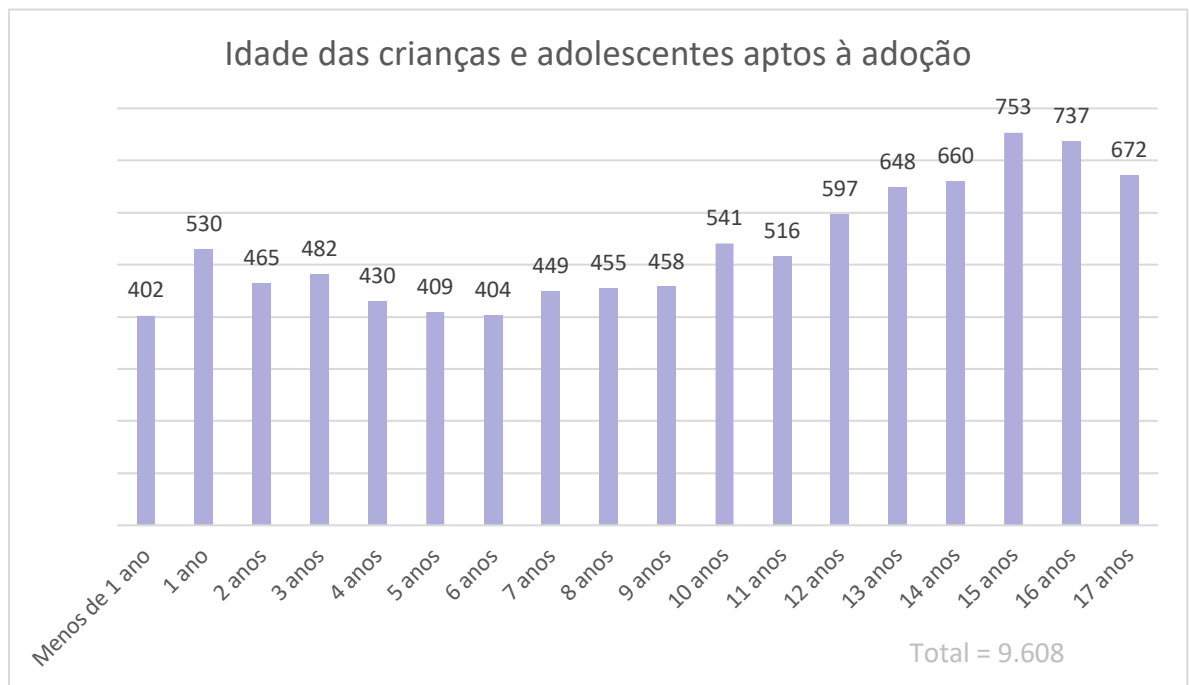
Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

#### **(iv) Idade**

Já em relação à idade das crianças ou adolescentes aptos à adoção, há uma maior variação nos números, uma vez que eles podem permanecer cadastrados no sistema desde recém-nascidos até antes de completarem a maioridade, enquanto não encontrarem uma família para serem reintegrados.

Com base nos números, temos que os adolescentes de 15 a 17 anos são a maioria no cadastro, enquanto os recém-nascidos (menores de 1 ano) representam a menor parcela das crianças aptas à adoção.

**Gráfico 04 – Idade das crianças e adolescentes aptos à adoção**



Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

#### **(v) Quem são as crianças e adolescentes aptos à adoção?**

Com base nos dados analisados anteriormente, é possível formar um perfil médio das crianças e adolescentes aptos à adoção que estão inscritos no sistema brasileiro. São essas as crianças que foram acolhidas pelo Estado e estão, no momento, prontas para serem adotadas.

O perfil médio da criança ou adolescente que se encontra apto à adoção e está em busca de uma nova família pode ser determinado, em relação às características acima apresentadas, da seguinte maneira: (i) raça parda; (ii) sem doenças detectadas no momento do cadastro no sistema; (iii) uma diferença mínima entre o gênero, mas sendo a maioria do gênero masculino; e (iv) entre 15 e 17 anos.

### **2.2. Pretendentes habilitados à adoção**

Quando se fala de estudar as características dos pretendentes, duas interpretações podem ser dadas. A primeira consiste em fazer uma observação sobre as

características dos próprios pretendentes, avaliando a idade média de quem deseja adotar, a raça, condição financeira, entre outras coisas. A segunda interpretação possível, observa as características que os pretendentes escolhem nas crianças ou adolescentes que desejam adotar, uma vez que são essas as características levadas em consideração para a compatibilidade de perfis.

Como evidenciado anteriormente, para realizarmos a análise a qual o presente trabalho se propõe, é necessário estudarmos a segunda interpretação possível, ou seja, para avaliar quem são os pretendentes habilitados à adoção, devemos estudar o perfil da criança ou adolescente desejado pelo pretendente.

Por meio do perfil da criança ou adolescente desejado, o pretendente seleciona as características que gostaria que seu filho adotivo tivesse. Assim, a análise se restringe às características, selecionadas por esses futuros pais, que compõem a criança ou adolescente desejado.

Os dados retirados do site do CNJ representam, na verdade, a expectativa dos pretendentes em relação à adoção. Na data em que os dados foram colhidos (26 de agosto de 2019), havia 46.165 pretendentes cadastrados no sistema, sendo esse, para o fim desta análise, o número que representa a totalidade, ou seja, 100% dos pretendentes, com exceção de onde for expressamente esclarecido de outra forma.

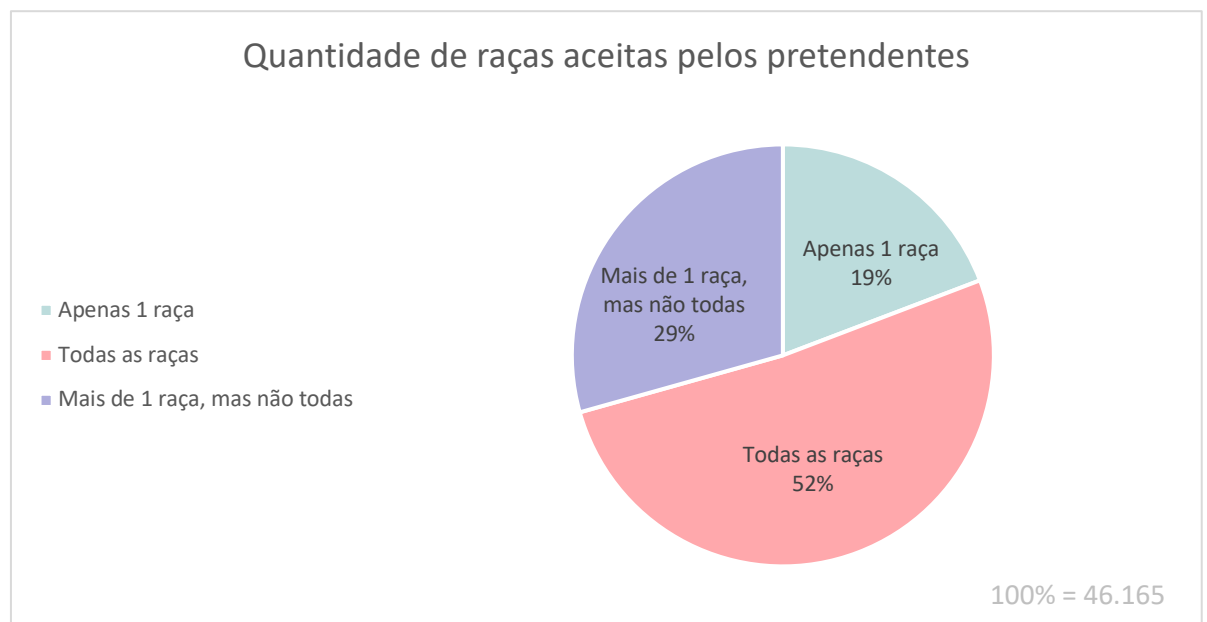
#### **(i) Raça**

Para tratar da raça da criança ou adolescente desejado, primeiramente devemos analisar a quantidade de raças aceitas pelos pretendentes. É possível que eles selecionem (i) apenas uma raça, ou seja, esse pretendente só aceitará receber crianças da raça selecionada; (ii) todas as raças, sendo essa característica indiferente para o pretendente; ou (iii) selecionar mais de uma raça, mas não a sua totalidade, cenário esse no qual, por exemplo, um pretendente poderia determinar que aceita receber crianças brancas e negras, mas não amarelas e indígenas ou qualquer outra variação possível.



A análise dos dados nos revela que um pouco mais da metade dos pretendentes não apresenta restrições no que se refere à raça da criança ou adolescente desejado. Se enquadram nesta categoria 52% dos pretendentes, enquanto 29% selecionou mais de uma raça possível, mas não a sua totalidade e 19% dos pretendentes restringem o perfil da criança desejada a apenas 1 raça.

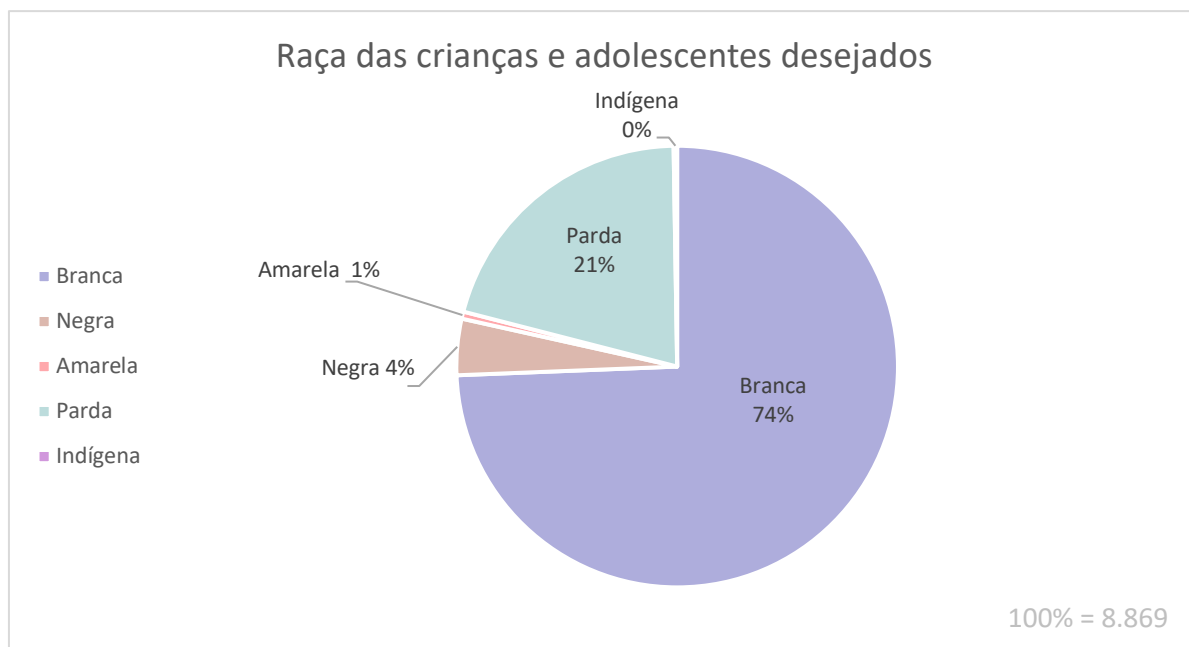
**Gráfico 05 – Quantidade de raças aceitas pelos pretendentes**



Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

É importante analisarmos também como se dá a escolha dessa característica dentro da amostragem dos pretendentes que selecionam apenas uma única raça para a criança ou adolescente que poderão adotar. Nesse caso, percebemos que existe uma discrepância bastante grande nos números, o que pode evidenciar rastros do preconceito que é enraizado na nossa sociedade. Dentre esses 19% de pretendentes que aceitam apenas 1 raça, 74% optam por receber apenas crianças ou adolescentes brancos, 21% optam por pardos, enquanto apenas 4% por negros, 1% por amarelos e com número extremamente baixo (23 pretendentes), a porcentagem dos que optam por receber apenas indígenas é inferior a 1%.

**Gráfico 06 – Raça das crianças e adolescentes desejados dentro da amostragem que seleciona apenas 1 raça**

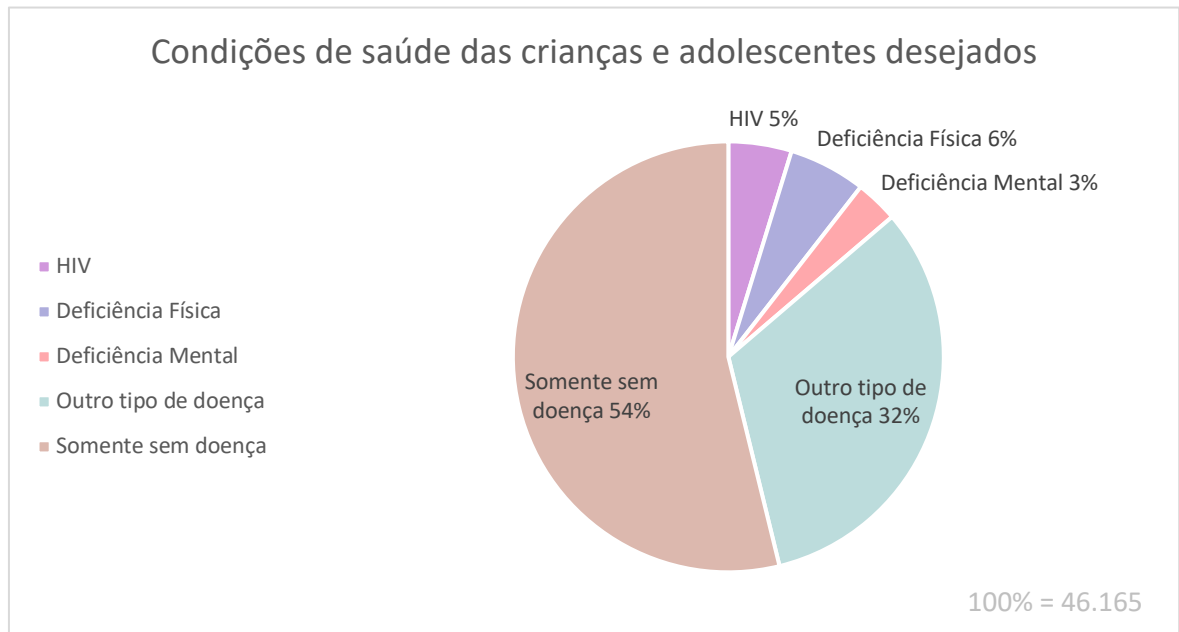


Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

## (ii) Condições de saúde

No que tange às condições de saúde, temos que mais da metade dos pretendentes só aceitam crianças ou adolescentes que não apresentem qualquer tipo de doença ou deficiência. Apenas 6% dos pretendentes aceitam adotar crianças com algum tipo de deficiência física e 3% com algum tipo de deficiência mental. Além disso, 5% dos pretendentes aceitam adotar crianças que tenham HIV.

**Gráfico 07 – Condições de saúde das crianças e adolescentes desejados**



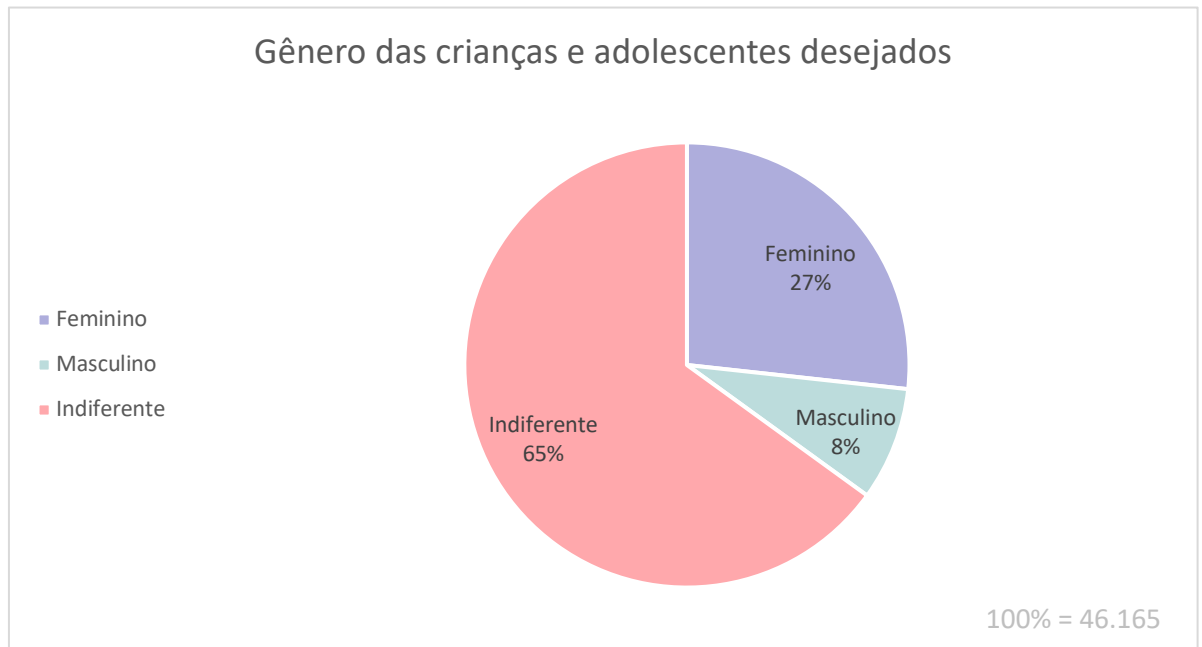
Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

Ao comparar esses dados com os usados para a determinação do perfil médio da criança ou adolescente cadastrado no sistema, não encontramos grande disparidade nessa questão. Enquanto 5% dos pretendentes aceitam receber crianças ou adolescentes com HIV, o que equivale a 2.308 pretendentes, apenas 1% das crianças ou adolescentes possuem o vírus, o que equivale a 96 crianças ou adolescentes.

### (iii) Gênero

No tocante ao gênero desejado pelos pretendentes, tem-se que a maioria é indiferente em relação a essa característica, ou seja, não faz distinção sobre ser a criança ou adolescente do gênero masculino ou feminino. Dos que optam por um único gênero, 27% dos pretendentes desejam adotar apenas crianças ou adolescentes do gênero feminino, enquanto 8% optam pelo gênero masculino.

**Gráfico 08 – Gênero das crianças e adolescentes desejados**

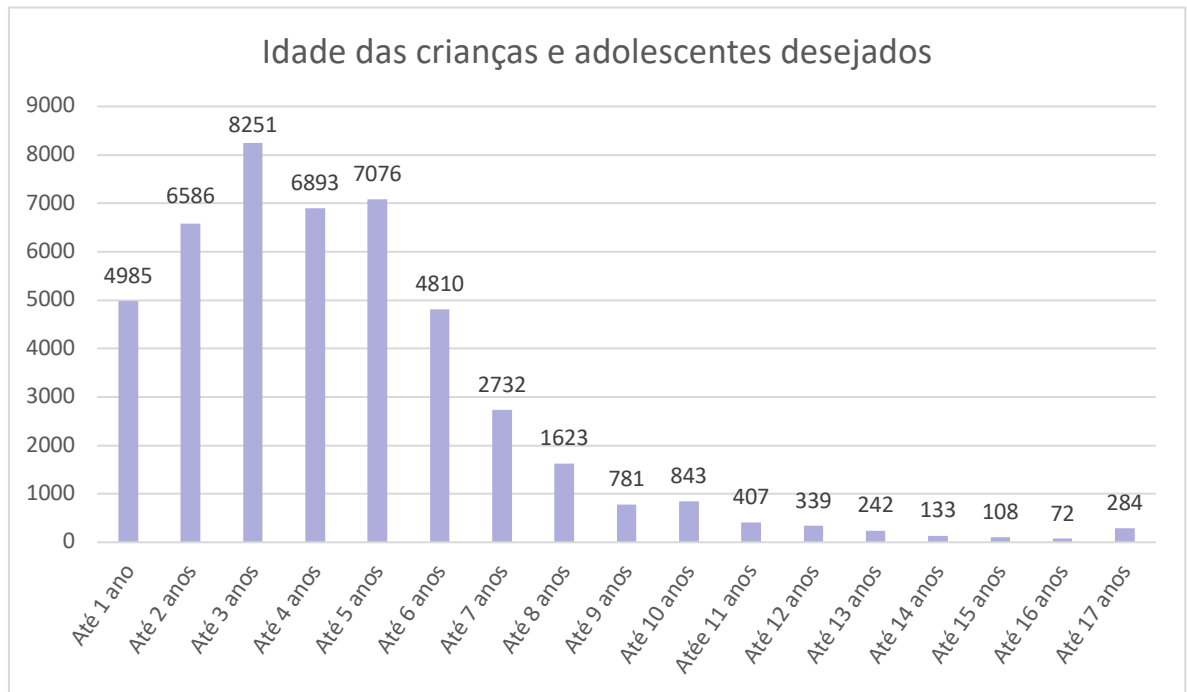


Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

#### **(iv) Idade**

Em relação à idade das crianças ou adolescentes desejados, percebemos uma diferença muito grande em relação à realidade das crianças e adolescentes inscritos no sistema. O desejo dos pretendentes é claramente de adotar crianças de até 5 anos. Quando observamos os números comparando-os com o número de adolescentes, principalmente na faixa de 15 a 17 anos, que é a maioria dos que se encontram disponíveis para adoção, percebemos o quanto a expectativa dos pretendentes não se enquadra na realidade brasileira.

**Gráfico 09 – Idade das crianças e adolescentes desejados**

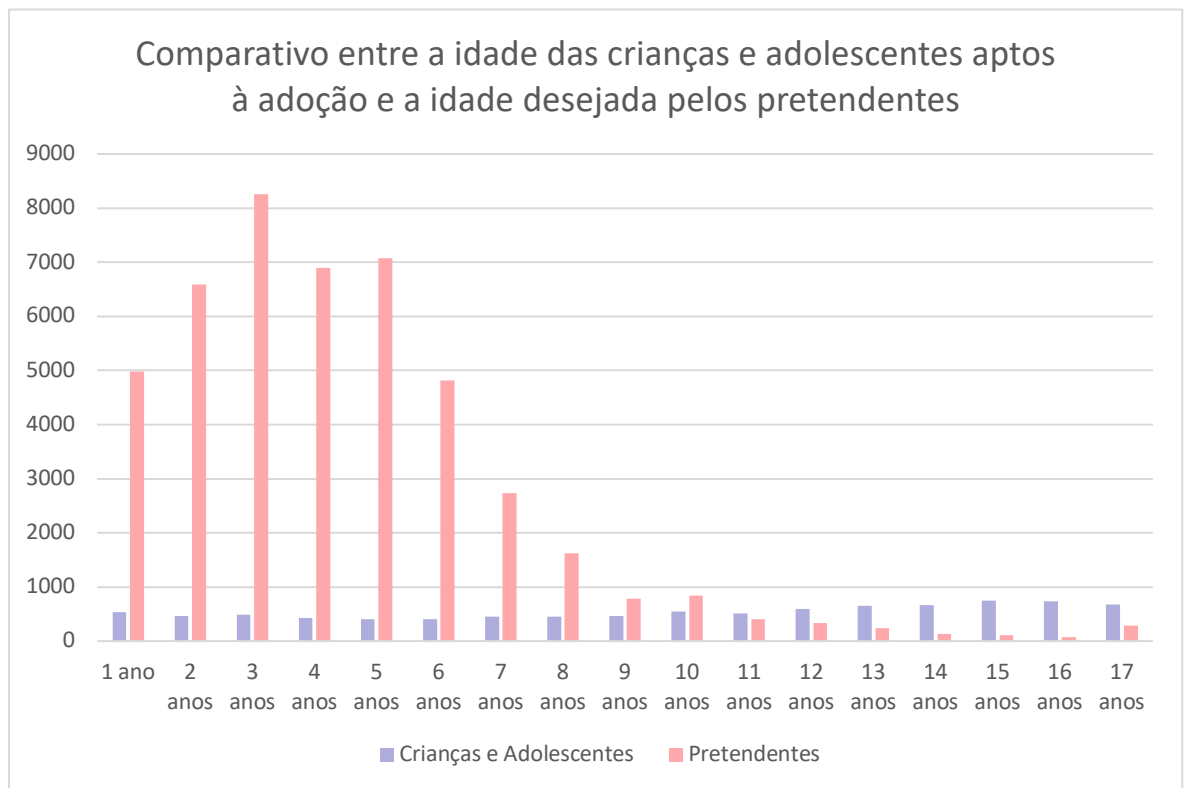


Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

Ao realizar uma comparação com os dados apresentados na seção anterior, percebemos que essa característica é a que apresenta a maior incoerência com a realidade das crianças e adolescentes aptos à adoção. O desejo de 19.822 pretendentes é o adotar crianças de até, no máximo, 5 anos, enquanto o desejo de apenas 464 pretendentes é o de adotar crianças ou adolescentes, aceitando-os até os 17 anos. A realidade brasileira não comporta esse desejo.

Como forma de ilustrar melhor essa gritante discrepância entre o desejo e a realidade, apresentamos um gráfico comparativo, que reflete a situação atual do país com relação ao sistema de adoção vigente.

**Gráfico 10 – Comparativo entre a idade das crianças e adolescentes aptos à adoção e a idade desejada pelos pretendentes**



Fonte: autoria própria, com base em dados retirados do Conselho Nacional de Justiça

#### (v) Quem são as crianças ou adolescentes desejados?

Com base no apresentado acima, é possível determinar o perfil médio do pretendente à adoção, isto é, o perfil da criança ou adolescente desejado pelos pretendentes. Esse perfil é composto pelas seguintes características: (i) indiferente em relação à raça, mas quando há importância nesse quesito, a escolha é predominantemente pela raça branca; (ii) opção por crianças ou adolescentes somente sem presença de qualquer tipo de doença ou deficiência; (iii) indiferente em relação ao gênero; e (iv) que tenham entre 0 e 5 anos de idade.

### 2.3. A realidade brasileira em contraposição com a expectativa dos brasileiros

Com os dois perfis delimitados, podemos realizar uma comparação entre a realidade brasileira ao tratar do processo de adoção e o desejo daqueles que pretendem adotar. Os três primeiros itens dos perfis médios são compatíveis ou não apresentam

grandes variações, no entanto o último item, que trata da idade das crianças e adolescentes, evidencia um grande problema no processo adotivo.

A grande disparidade de números, sendo o total de crianças e adolescentes aptos à adoção de 9.608 e o total de pretendentes sendo de 46.165, retrata uma deficiência do processo adotivo, que tem urgência em ser alterada.

O perfil da criança ou adolescente desejado, não sendo compatível com a realidade, faz com que milhares de possíveis pais permaneçam na fila de adoção, à espera da criança que se adeque ao perfil determinado, enquanto centenas de crianças permanecem no abrigo, sem terem a possibilidade de serem reintegradas a uma família. Quanto mais restrições o pretendente determinar no perfil da criança ou adolescente desejado, mais difícil será o encontro de compatibilidade entre eles, o que faz com que a situação acima se repita.

Já percebemos que em relação às demais características que não a idade, os pretendentes não apresentam tanta restrição. A grande adversidade se encontra na determinação da idade da criança e do adolescente desejado. Esse é o obstáculo que precisa ser enfrentado para promover maior integridade, respeito e observância aos demais direitos da criança e do adolescente, sendo levado em consideração o melhor interesse do menor, não o melhor interesse daquele que deseja adotar.

O CNA, da forma como ele funciona, reforça a posição da criança ou do adolescente como uma criança rejeitada pelos pais e, posteriormente, pela sociedade, enquanto favorece o pretendente à adoção, buscando lhe conceder a adoção de uma criança ou adolescente que seja moldado por ele.

O modo de funcionamento do Cadastro Nacional, com a sua forma de encontrar a compatibilidade entre perfis, coloca o interesse do pretendente muito à frente do interesse de todas essas crianças e adolescentes que têm os seus direitos restringidos.

Essa é uma falha do sistema que coordena a adoção no país. No entanto não se pode ignorar a existência de um problema anterior a essa falha, mas tão relevante quanto, se não mais, que é a cultura da adoção no Brasil e seus efeitos, principalmente em relação à questão etária. Não podemos desconsiderar o fato de que os responsáveis pela criação do sistema são pessoas inseridas na sociedade que também incorporam comportamentos culturais e podem refletir tais valores, conteúdos e pensamentos em suas ações e produtos.

O próximo capítulo busca discutir a origem da escolha dos pretendentes pela faixa etária menos avançada, abordando a cultura da adoção no país e apresentará intentos da sociedade para a reversão deste problema.



### 3. A RELEVÂNCIA DA FAIXA ETÁRIA NO PROCESSO ADOTIVO BRASILEIRO

#### 3.1. Perfil etário da adoção e as motivações dos pretendentes

Conforme demonstrado nos capítulos anteriores, os dados que refletem a realidade brasileira no que tange ao processo adotivo demonstram que essa realidade não é razoável. O número de pretendentes habilitados é 5 vezes maior do que o número de crianças e adolescentes aptos à adoção. Levando em consideração as informações já trazidas anteriormente, teríamos 5 pretendentes para cada criança ou adolescente. Mesmo com essa proporção, um enorme número de crianças e adolescentes não é adotado e acaba completando a maioridade sem ter saído do abrigo e, ainda, muitos pretendentes passam longos anos na fila de espera aguardando pela adoção.

Como visto, o perfil escolhido pelos pretendentes à adoção não condiz com o que se vê hoje nos abrigos. O principal ponto de incompatibilidade neste perfil é a idade. A maior parte das pessoas aptas à adoção são crianças mais velhas e adolescentes e não crianças de até cinco anos, como solicitam os pretendentes no perfil da criança ou adolescente desejado.

A questão da faixa etária pode estar diretamente ligada com a cultura do país em relação ao tema da adoção. Os pretendentes habilitados ao passarem pela avaliação psicossocial devem relatar a sua motivação para adotar. Muitas são as respostas para uma pessoa buscar a adoção, dentre elas:

“[...] questões de infertilidade; pais que afirmam que “sempre pensaram em adotar”; a morte de um filho biológico; o contato com uma criança abandonada que suscita o desejo de cuidar dela; o desejo de ter filhos quando já não é mais possível biologicamente; o parentesco com pais biológicos que não podem cuidar da criança; pessoas que não possuem um parceiro, mas querem exercer a maternidade ou a paternidade; o medo de uma gravidez; o argumento de que “há muitas crianças necessitadas” e é melhor adotá-las do que pôr mais crianças no mundo.”<sup>23</sup> (Gina Khafif Levinzon, 2006)

---

<sup>23</sup> LEVINZON, Gina Khafif. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, S.l., v. 1, n. 14, p.24-31, maio 2006.

Apesar desta grande variedade de motivações que podem ser encontradas quando respondidas as questões da avaliação psicossocial, foi realizada pesquisa que demonstra que a infertilidade é o principal motivo para incitar o desejo de adotar nos pretendentes<sup>24</sup>.

A busca pela adoção como saída para a infertilidade está ligada à história da adoção no Brasil. Antes do advento do ECA, da Constituição Federal, do Código Civil e da Lei da Adoção, as leis que tratavam da adoção e dos filhos adotivos os colocavam em um patamar inferior ao dos filhos biológicos.

Os filhos biológicos eram beneficiados, em detrimento dos adotivos. Por exemplo, antes destas leis, (i) a adoção era considerada possível apenas nos casos em que os pretendentes não pudessem gerar filhos<sup>25</sup>; (ii) caso o adotante viesse a ter um filho biológico comprovadamente concebido no momento da adoção, a adoção deixaria de ter efeito<sup>26</sup> e; (iii) os filhos adotivos não tinham direito à herança<sup>27</sup>.

---

<sup>24</sup>WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2. ed. Curitiba: Afiliada, 2003. 186 p.

VIEIRA, Joice Melo. **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas medias**. 2004. 192p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279542>>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

SCHETTINI FILHO, Luiz. **Compreendendo os pais adotivos**. S.l: Bagaço, 2005. 126 p.

EPPOLD, Caroline Tozzi; HUTZ, Claudio Simon. Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 1, p. 25-36, Apr. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

PAIVA, Leila de Dutra. **Adoção: Significados e possibilidades**. S.l: Casa do Psicólogo, 2004. 92 p.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os caminhos do coração: Pais e filhos adotivos**. 3. ed. S.l: Saraiva, 1997. 104 p.

<sup>25</sup> Artigo 368, Código Civil 1916: "Art. 368 - Só os maiores de 50 anos sem prole legítima ou legitimada podem adotar." BRASIL. Lei no. 3.071, 01/01/1916. **Código Civil de 1916**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>26</sup> Artigo 337, Código Civil 1916: "Art. 377 - Art. 377 - A adoção produzirá os seus efeitos ainda que sobrevenham filhos ao adotante, salvo se pelo fato do nascimento, ficar provado que o filho estava concebido no momento da adoção." BRASIL. Lei no. 3.071, 01/01/1916. **Código Civil de 1916**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>27</sup> Artigo 337, Lei 3.133/57: "Art. 377 - Art. 377. Quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária." BRASIL. Lei no. 3.133, 08/05/1957. **Altera o instituto da adoção prescrito no Código Civil de 1916**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

Todas essas distinções de tratamento entre filhos adotivos e biológicos nas leis brasileiras, mostram que o que podemos chamar de 'laço sanguíneo' tinha maior relevância para a sociedade do que qualquer outra coisa, como por exemplo o vínculo afetivo.

Desse modo, levando em consideração que apenas aqueles que não eram capazes de ter filhos demonstravam interesse pela adoção, esse tema não era tratado de maneira aberta, tanto com familiares quanto com os próprios filhos adotivos. Isso ocorria devido ao fato de que poucas pessoas queriam ser socialmente vinculadas à infertilidade.

Essa falta de transparência é observada ainda hoje e, por mais que o tempo tenha passado, as leis tenham sido modernizadas e a sociedade evoluído, o racional do passado ainda se mostra presente<sup>28</sup>, o que pode ser percebido com a definição da adoção, no ECA, apenas como uma medida excepcional.

### **3.2. Estereótipos sobre a criança mais velha e o adolescente em situação de acolhimento**

Para além das questões da infertilidade e do histórico da adoção no país, existe outro problema relacionado a pensamentos comuns aos pretendentes à adoção a respeito das crianças mais velhas e adolescentes em acolhimento, que nem sempre são verdadeiros. Isto é, existe ainda uma outra questão a ser enfrentada quando se fala de adoção de crianças mais velhas e adolescentes, que é o estereótipo sobre tais crianças e adolescentes acolhidos.

---

<sup>28</sup> MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p.356-372, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

Pesquisas<sup>29</sup> demonstram que os pretendentes enxergam os seguintes problemas quando avaliam a possibilidade de adoção de uma criança mais velha ou adolescente:

- “a) o medo de adotar crianças mais velhas pela dificuldade na educação;
- b) o receio de adotar crianças institucionalizadas pelos maus hábitos que trariam;
- c) as crianças que não sabem que são adotivas têm menos problemas, por isso deve-se adotar bebês e esconder deles a verdade, imitando uma família biológica.”<sup>30</sup> (Surama Gusmão Ebrahim, 2001)

E, ainda:

“o que leva uma maior procura para a adoção de recém-nascidos, de acordo com o discurso dos requerentes, a menor dificuldade para educar, visto que esta criança tem um histórico menor de aprendizagens e vivências, o medo pela dificuldade de uma formação de vínculo com crianças maiores e o interesse dos pais, mãe especialmente, de vivenciar a dependência do bebê.”<sup>31</sup> (Melissa Daiane Hans Sasson & Verônica Kemmelmeier Suzuki, 2012)

A ideia de que será mais fácil lidar com os desafios trazidos pela adoção optando por uma criança de menor idade é um estereótipo fortemente reproduzido na sociedade, que não deve ser considerado como verdade absoluta.

---

<sup>29</sup> WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj & CORNÉLIO, Soraya Afonso. Filhos adotivos: amores ou dissabores? Em **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (Org.)**. Caderno de Resumos, 46<sup>a</sup> Reunião Anual para o Progresso da Ciência. Vitória, 1995, p. 873.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj & GAGNO, Adriana Pellanda. Onde estão os vínculos afetivos das crianças institucionalizadas? Em **Congresso Latino-Americano de Psiquiatria da Infância e da Adolescência (Org.)**. Caderno de Resumos, X Congresso de Psiquiatria. Curitiba, 1995, p. 25.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj, CORNÉLIO, Soraya Afonso, GAGNO, Adriana Pellanda. e SILVA, Milena Leite. Adoção: pré-conceitos, conceitos e pós-conceitos. Em **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (Org.)**. Caderno de Resumos, 46<sup>a</sup> Reunião Anual para o Progresso da Ciência. Vitória: SBPC, 1994, p. 854.

<sup>30</sup> EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, 14(1), pp. 73-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>31</sup> SASSON, Melissa Daiane Hans & SUZUKI, Verônica Kemmelmeier. Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do Serviço de Auxílio à Infância. **Revista de Psicologia da UNESP 11 (2)**, 2012, p 58-71.

Não é possível ignorar as eventuais dificuldades que a adoção de crianças mais velhas ou adolescentes pode apresentar, mas ao mesmo tempo não se deve perpetuar o estereótipo de que todos os adolescentes terão maus-hábitos, apresentarão dificuldade no processo educativo e que as crianças mais novas não apresentarão dificuldades ou problemas para os pais.

Ainda, há a questão do sonho dos pretendentes em acompanhar integralmente o desenvolvimento físico e psicossocial dos seus filhos adotivos, que faz com que os pretendentes desejem construir uma história familiar desde os primeiros momentos de vida dos filhos<sup>32</sup>, uma vez que temem que a criança mais velha ou adolescente não se adapte à realidade e à dinâmica da família<sup>33</sup>.

O estereótipo sobre a criança mais velha e o adolescente em situação de acolhimento pode também ser um fator determinante para a pouca disponibilidade de pretendentes para tais adoções<sup>34</sup>.

É possível estabelecer uma relação entre os estereótipos e a cultura da adoção no país uma vez que é demonstrado em pesquisa que grande parte das crianças mais velhas ou é adotada por estrangeiros ou permanece nas instituições de acolhimento<sup>35</sup>. Assim, a construção dos estereótipos sobre as crianças mais velhas e adolescentes em situação de acolhimento podem ser vistos como ferramenta de constituição da atual cultura da adoção no Brasil<sup>36</sup>.

---

<sup>32</sup>CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas)**. 2005. 268 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97679>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

<sup>33</sup>SASSON, Melissa Daiane Hans & SUZUKI, Verônica Kemmelmeier. Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do Serviço de Auxílio à Infância. **Revista de Psicologia da UNESP 11 (2)**, 2012, p 58-71.

<sup>34</sup>VARGAS, Marilzete Maldonado. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. 2. ed. [S.l.]: Casa do Psicólogo, 2013.

<sup>35</sup>WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj & KOSSOBUDZKI, Lucia Helena Milazzo. **Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

<sup>36</sup>CAMARGO, Mário Lázaro. **Adoção tardia: representações sociais de famílias adotivas e postulantes à adoção (mitos, medos e expectativas)**. 2005. 268 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/97679>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

Dessa forma, tem-se que essa cultura perpassada pelas gerações é uma forte influência à escolha do perfil da criança ou adolescente desejado e, portanto, responsável pela discrepância dos números relativos à pretendentes que desejam adotar e crianças e adolescentes aptos à adoção. De acordo com Santos:

“Faz-se, portanto, necessário um trabalho que busque uma mudança na mentalidade no que se refere à adoção de modo a possibilitar a superação de pelo menos parte dos equívocos e preconceitos que envolvem este processo.”<sup>37</sup>  
(Santos, 1997, p. 164)

### 3.3. Iniciativa de busca ativa pelos pretendentes

A dificuldade da adoção de crianças mais velhas e adolescentes é percebida pelos órgãos competentes que tratam da adoção, assim como por parcela da sociedade que se encontra engajada no tema. Essas pessoas engajadas e que discutem os problemas encontrados no processo adotivo, com objetivo de tornar o processo mais eficiente e, conseqüentemente, proporcionar para mais crianças e adolescentes o encontro de um lar, passaram a formar grupos de apoio à adoção.

Dentre os mais diversos tipos de grupo de apoio à adoção, um deles é o denominado grupo de busca ativa. Esses grupos são Organizações Não Governamentais (ONGs), apoiados por órgãos públicos, formados por voluntários, que firmam parcerias com as Varas de Infância das regiões, com o objetivo de auxiliar as crianças ou adolescentes aptos à adoção que não possuem pretendentes compatíveis a encontrarem novos pais<sup>38</sup>.

O acesso a esses grupos é normalmente obtido por meio das redes sociais, local onde a grande maioria dos pretendentes habilitados fazem parte de grupos para

---

<sup>37</sup> SANTOS, Luzinete Santos. Adoção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 54, ano XVIII, 1997. P. 164.

<sup>38</sup> ALMEIDA, Patrícia e GADELHA, Fabiana. **Três vivas para a adoção! Guia para adoção de crianças e adolescentes**. Movimento de Ação e Inovação Social. Rio de Janeiro, 2018. P. 103.

compartilharem dúvidas e experiências sobre adoção. Quando um pretendente habilitado entra em contato com um grupo de busca ativa, o voluntário membro do grupo busca compreender qual é o perfil desejado por aquele pretendente. Tendo esse perfil delimitado, o voluntário verifica se encontra, nas Varas a que tem acesso, uma criança ou adolescente que seja compatível.

Nesse momento, é visível que o problema das restrições ao perfil da criança ou adolescente desejado se repete. O primeiro contato de muitos dos pretendentes com os voluntários dos grupos de busca ativa apresenta o relato de um perfil restrito, comum ao perfil médio desejado estabelecido no capítulo anterior<sup>39</sup>.

Contudo, há aqui a principal distinção, que faz com que os grupos de busca ativa sejam tão importantes para o processo adotivo. O objetivo principal desses grupos é o de encontrar pais para as crianças e adolescentes denominadas ‘de difícil colocação’<sup>40</sup>. As pessoas que compõem esse grupo são, geralmente, crianças mais velhas e adolescentes, crianças e adolescentes com deficiência, doenças crônicas ou grupo de irmãos.

Tendo em vista esse objetivo, após o primeiro contato, os voluntários manterão a comunicação com os pretendentes, passando a eles informações que muitas vezes são desconhecidas e, o que é mais significativo, conversando sobre o perfil da criança ou adolescente desejado.

Essa conversa sobre o perfil é de suma importância, pois frequentemente tem o efeito desejado: a maioria os pretendentes habilitados aceitam a ampliação do perfil da criança ou adolescente desejado, possibilitando maiores chances de que o grupo de busca ativa encontre uma compatibilidade. Com isso, mais crianças e adolescentes que

---

<sup>39</sup> ALMEIDA, Patrícia e GADELHA, Fabiana. **Três vivas para a adoção! Guia para adoção de crianças e adolescentes**. Movimento de Ação e Inovação Social. Rio de Janeiro, 2018. P. 104.

<sup>40</sup> ALMEIDA, Patrícia e GADELHA, Fabiana. **Três vivas para a adoção! Guia para adoção de crianças e adolescentes**. Movimento de Ação e Inovação Social. Rio de Janeiro, 2018. P. 104.

fazem parte do grupo de adoções necessárias encontram novos pais e passam a exercer o seu direito de convivência familiar.

A grande relevância dos grupos de busca ativa está no contato direto estabelecido com o pretendente que permite maior acesso a informações e experiências, o que, por sua vez, gera efeitos notáveis na definição do perfil da criança ou adolescente desejado. Além disso, o grupo de busca ativa auxilia os pretendentes na atualização do cadastro quando eles decidem ampliar o perfil desejado, porque muitos dos pretendentes que alteram esse perfil não formalizam essa alteração junto ao órgão competente, o que faz com que o perfil do pretendente fique desatualizado e compatibilidades deixem de ocorrer.

Além desses grupos dentro da sociedade que já perceberam as deficiências do processo de adoção, os responsáveis pela coordenação do processo também têm consciência de que algumas questões precisam ser alteradas para que o processo se torne mais eficiente. Assim, novos projetos de lei, tentativas de políticas públicas e alterações do próprio sistema vêm sendo apresentadas e defendidas, com o objetivo de alcançar os princípios básicos referentes ao processo de adoção, mas também às crianças e adolescentes no geral. Um exemplo dessas tentativas é a alteração do Cadastro Nacional de Adoção pelo Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, que será examinado no capítulo seguinte.



#### **4. NOVO SISTEMA DE ARMAZENAMENTO DE DADOS**

Como demonstrado, o Cadastro Nacional de Adoção foi elaborado e colocado em prática no ano de 2008. Com o passar do tempo, foi possível elaborar estatísticas baseadas nos números disponibilizados pelo CNJ em relação ao perfil dos pretendentes habilitados e às crianças e adolescentes aptos à adoção. A análise dessas estatísticas evidencia um resultado insatisfatório, o que incentivou o CNJ a buscar meios mais eficientes para possibilitar o encontro de famílias para essas crianças e adolescentes.

Os números mostram que, mesmo após o advento do CNA, o número de crianças e adolescentes que encontram uma família ainda não está nem perto do ideal. Enquanto 40 mil pretendentes habilitados desejam adotar, 9 mil crianças estão aptas para adoção. A fila de espera para a adoção ainda é bastante lenta e muitas crianças e adolescentes não conseguem achar uma família para serem integrados antes de completarem a maioridade.

Como mencionado nos capítulos anteriores, o perfil da criança ou adolescente a ser adotado é muito relevante, sendo um dos principais responsáveis pela dificuldade do encontro de compatibilidade entre adotandos e adotantes. A idade, como vimos tem importante lugar nessa discussão, mas também a questão da raça e da existência de doenças, sejam elas quais forem, acabam interferindo, mesmo que em menor grau, no momento da escolha pelo filho adotado.

##### **4.1. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)**

Tendo em vista a necessidade de melhorar a situação das crianças no país, uma vez que a convivência familiar é um dos pilares na relação com crianças e adolescentes, o CNJ instituiu, por meio da Portaria Conjunta nº 4, o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), em substituição ao CNA. Essa alteração se deu considerando as iniciativas já existentes no nosso sistema para lidar com as crianças e adolescentes que

estão em acolhimentos ou disponíveis para adoção, mais precisamente o Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA)<sup>41</sup> e o Cadastro Nacional de Adoção.

O SNA é um sistema onde os dois cadastros mencionados acima serão reunidos e utilizados de forma dinâmica, com o objetivo de otimizar a coleta, armazenamento e utilização dos dados de crianças e adolescentes e pretendentes habilitados à adoção em todo o país.

O principal objetivo do SNA, alertado pelo Conselho Nacional de Justiça, é bastante relevante, pois conversa diretamente com a análise do presente trabalho. O objetivo desse novo sistema é “colocar a criança como sujeito principal do processo para que se busque uma família para ela e não o contrário”<sup>42</sup>.

No dia 06 de agosto de 2019, na 294ª sessão ordinária do CNJ, a minuta de resolução que dispunha sobre a introdução e o exercício do SNA foi aprovada por unanimidade<sup>43</sup>. O ministro Dias Toffoli, atual presidente do CNJ, afirmou:

“O Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento prestará auxílio na reintegração familiar das crianças e adolescentes acolhidos que não estão aptos para adoção e que correspondem a aproximadamente 90% do número total, distribuídos em 4.560 serviços pelo Brasil. Além disso, contribuirá para **otimizar**

---

<sup>41</sup> O CNCA foi implantado em complemento ao CNA. Esse cadastro tem como finalidade concentrar as informações referentes às crianças e adolescentes que estão em regime de acolhimento institucional ou familiar no país, abrangendo todos os Estados. Por meio do CNCA é possível definir as condições de atendimento e o número de crianças e adolescentes em regime de acolhimento, possibilitando a implementação de políticas públicas que visem à melhora do sistema. SILGUEIRO, Maria Tereza; BARBOSA, Sandra Helena; FALCÃO, Simone (org.). **Infância e Juventude - Cadastros do CNJ: A experiência prática do TJ PE**. Pernambuco: Coordenadoria da Infância e Juventude de PE, 2016, p. 30.

<sup>42</sup> HERCULANO, Lemir Camimura. Adoção: CNJ integra cadastros e atualiza o passo a passo. **CNJ – Conselho Nacional de Justiça**, 11 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89250-adocao-cnj-atualiza-o-passo-a-passo>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>43</sup> HERCULANO, Lemir Camimura. Plenário aprova criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **CNJ – Conselho Nacional de Justiça**, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89349-plenario-aprova-resolucao-sobre-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

**a adoção de 4.900 crianças aptas e que permanecem acolhidas, apesar da existência de 42 mil pretendentes habilitados no cadastro**".<sup>44</sup> (grifos meus)

A Resolução nº 289, do CNJ, que dispõe sobre a implementação e funcionamento do SNA, foi publicada no dia 14 de agosto de 2019. A Resolução reforça uma questão já discutida anteriormente: a prevalência da inserção na família natural em detrimento da adoção. Isso é percebido no artigo 4º da Resolução:

"Art. 4º O Conselho Nacional de Justiça, as Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção, as Coordenadorias da Infância e Juventude e as Corregedorias- Gerais dos Tribunais de Justiça devem promover e estimular campanhas de incentivo à reintegração à família de origem, à inclusão em família extensa ou à adoção de crianças e adolescentes em acolhimento familiar ou institucional, **sem perspectivas de reinserção à família natural**." (CNJ, Resolução nº 289) (grifos meus)

Por meio dela definiu-se que todos os dados dos sistemas existentes (CNCA e CNA) deveriam ser migrados para o novo sistema até o dia 12 de outubro de 2019, data em que os outros cadastros deixariam de existir. Até tal data, os cadastros ficariam disponíveis para consulta<sup>45</sup>. No dia 15 de agosto de 2019 o SNA foi lançado e substituiu tanto o CNA quanto o CNCA.

Dentre as mudanças trazidas pelo novo sistema, estão: a formalização do respeito à ordem cronológica da sentença de habilitação dos pretendentes; o novo prazo de validade da habilitação, que foi reduzido de 5 para 3 anos<sup>46</sup>; a possibilidade de considerar

<sup>44</sup>HERCULANO, Lemir Camimura e MONTENEGRO, Manuel Carlos. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: visão integral sobre a infância. **CNJ – Conselho Nacional de Justiça**, 15 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89387-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento-visao-integral-sobre-a-infancia>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>45</sup>BRASIL. ART. 6 RESOLUÇÃO CNJ N. 289 DE 14 DE AGOSTO DE 2019. **Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**, ago 2019. Disponível em: <[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_289\\_14082019\\_15082019141539.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf)> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>46</sup>BRASIL. ARTS. 1 E 2 DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO CNJ N. 289 DE 14 DE AGOSTO DE 2019. **Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**, ago 2019. Disponível em: <[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_289\\_14082019\\_15082019141539.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf)> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

a criança ou adolescente como apto à adoção antes do trânsito em julgado da decisão de destituição do poder familiar, baseado no melhor interesse do menor<sup>47</sup>; a emissão de alertas em caso de demora do cumprimento dos prazos processuais da adoção; a automatização do procedimento de vinculação de uma criança ou adolescente ao pretendente compatível; e a concessão de preferência no processo de habilitação dos pretendentes que selecionarem no pré-cadastro um perfil de adotando considerado como de difícil colocação em família substituta<sup>48</sup>.

Conforme apresentado acima, o pretendente tem agora a possibilidade de realizar um pré-cadastro no site do CNJ. Por meio de uma simulação de cadastro, é possível ter acesso às perguntas formuladas aos pretendentes. Primeiramente, há um aviso de que existem 3 tipos de adoção: (i) a municipal, que aceita adotar apenas em seu município; (ii) a estadual, que aceita adotar em seu município e também nos outros municípios de seu Estado; e (iii) a nacional, que aceita adotar em seu Estado e também em outros Estados, podendo eles ser selecionados.

Depois de selecionado o tipo de adoção, dentre esses 3 mencionados acima, o pretendente deve completar o cadastro com seus dados pessoais e os dados pessoais do segundo pretendente, caso haja. O passo seguinte, e último para a finalização do pré-cadastro é a escolha do perfil da criança ou adolescente desejado.

Em relação a esse perfil, as informações que o pretendente pode selecionar são as seguintes: (i) idade mínima e idade máxima; (ii) quantidade de crianças a serem adotadas; (iii) sexo; (iv) se aceita com deficiência física; (v) se aceita com deficiência mental; (vi) se aceita com problemas de saúde; (vii) se aceita com doença infectocontagiosa; (viii) se aceita irmãos; e (ix) se tem preferência étnica e, em caso

---

<sup>47</sup>BRASIL. ARTS. 3 E 4 DO ANEXO I DA RESOLUÇÃO CNJ N. 289 DE 14 DE AGOSTO DE 2019. **Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**, ago 2019. Disponível em: <[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_289\\_14082019\\_15082019141539.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf)> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

<sup>48</sup>BRASIL. ART. 2 DO ANEXO II DA RESOLUÇÃO CNJ N. 289 DE 14 DE AGOSTO DE 2019. **Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**, ago 2019. Disponível em: <[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_289\\_14082019\\_15082019141539.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf)> Acesso em: 15 de outubro de 2019.

positivo, qual é ela. O cadastro do pretendente por meio do SNA está disposto no Anexo V.

Em comparação com o perfil que era preenchido no CNA, não há diferenças substanciais. Alguns quesitos foram alterados, como por exemplo a não especificação de aceitação ou não do vírus HIV. No entanto, com a análise geral, na prática não houve mudança entre a seleção do perfil da criança ou adolescente desejado. O CNA e o SNA tratam o perfil da mesma forma.

Dessa forma, a ideia de que por meio do SNA a criança e o adolescente se tornarão os sujeitos principais do processo de adoção não encontra respaldo em nenhuma das alterações mencionadas acima. Tais alterações preveem apenas uma aceleração quanto aos procedimentos burocráticos, ou seja, menos demora para o cumprimento dos requisitos necessários ao processo da adoção, mas não alteram de forma alguma o modo como o perfil da criança ou adolescente desejado é tratado.

#### **4.2. Alteração de guias informativos**

Simultaneamente à alteração do sistema, o CNJ atualizou em seu site o Guia Para Adoção que ficava disponível para consulta pública. O guia disponível anteriormente era o Guia do Usuário, de maio de 2009, formulado pelo próprio Conselho Nacional de Justiça. Tratava-se de um guia prático, que trazia em seu texto as regras referentes à adoção dispostas em lei e explicava como o uso do Cadastro Nacional de Adoção deveria ser feito, desde a inscrição do pretendente no cadastro até a vinculação da criança ou adolescente a um pretendente adequado. Além disso o guia trazia modelos de peças processuais, conforme já evidenciado neste trabalho.

O novo guia<sup>49</sup>, por sua vez, é o Guia para Adoção de Crianças e Adolescentes, de maio de 2018, formulado pelo Movimento de Ação e Inovação Social – MAIS (Movimento

---

<sup>49</sup> Guia para adoção de crianças e adolescentes disponível no seguinte link: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2018/05/267f52a9a15e50766a52e521a01c9522.pdf>>.

Down e Movimento Zika). Esse guia, inicialmente foi lançado como um E-book no dia nacional da adoção e tinha como objetivo propor uma reflexão para quem tem o desejo de adotar, buscando incentivar o encontro de famílias para as crianças e adolescentes aptos à adoção<sup>50</sup>.

Esse novo guia trata as crianças e adolescentes e também o instituto da adoção de uma forma muito mais pessoal e calorosa. Por meio de uma série de relatos e informações relacionadas a sentimentos e experiências, as autoras fazem com que o leitor se identifique muito mais com o que está lendo o que deve resultar em um incentivo positivo à adoção, assim como os grupos de busca ativa.

A maior parte desse guia é voltada para a discussão do perfil da criança e do adolescente desejado, como forma de tentar promover uma mudança no racional do adotante de buscar uma criança idealizada e geneticamente parecida com ele. O guia discute brevemente qual é o cenário atual da adoção (usando o perfil como base) e dispõe de informações sobre as adoções não comuns, ou seja, aquelas de crianças mais velhas, de etnias diferentes, com alguma deficiência ou doença e grupos de irmãos. Apenas no final do guia os procedimentos legais são elencados.

Apesar da alteração do guia ter se dado ainda na vigência do Cadastro Nacional de Adoção, ou seja, ser uma modificação distinta do SNA, sua implementação é muito importante para a busca do objetivo de tornar a criança o foco do processo. Ao eleger o Guia para Adoção de Crianças e Adolescentes como o seu guia oficial, o Conselho Nacional de Justiça deu um passo importante em relação à discussão do perfil da criança e do adolescente desejado.

No entanto, o guia informativo, sozinho, não apresenta potencial para alterar significativamente os dados encontrados atualmente. Sem o auxílio de uma alteração na

---

<sup>50</sup> PUBLICAÇÃO – lançamento do guia “Três Vivas para a Adoção”. **Ministério Público do Paraná**, 2018. Disponível em: < <http://www.crianca.mppr.mp.br/2018/05/20469,37/>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

forma como o perfil da criança ou adolescente desejado é tratado no cadastro dos pretendes, os números encontrados dificilmente sofrerão qualquer modificação.

Dessa forma, pode-se concluir que as modificações realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em sua realidade não alteram o modo como o perfil da criança e do adolescente desejado é tratado no cadastro. Todos os pretendentes continuam sendo obrigados a selecionarem as características que desejam encontrar nas crianças que querem adotar.

Com isso, o CNJ aposta no Guia para Adoção de Crianças e Adolescentes para atingir o objetivo proposto e necessários de buscar uma família para a criança ou adolescente, e não o contrário.

Em abril de 2020 foi possível realizar uma nova análise dos dados fornecidos pelo CNJ a fim de visualizar se, em um curto espaço de tempo, as mudanças trazidas obtiveram algum efeito. Com base nessa análise de curto prazo é possível formar a seguinte comparação:

**Tabela comparativa entre os dados coletados antes da alteração do SNA e do Guia para Adoção e 8 meses após as mudanças**

	AGO/2019	ABR/2020
Total de pretendentes habilitados	46.165	46.066
Total de crianças e adolescentes aptos à adoção	9.608	9.256
Total de pretendentes que aceitam adotar	464	463

adolescentes entre 15 e 17 anos		
Total de adolescentes entre 15 e 17 anos aptos à adoção	2.162	2.115

Fonte: autoria própria, com base nos dados coletados do CNJ

À primeira vista, quando se percebe a redução no número de pretendentes habilitados e crianças e adolescentes aptos à adoção há uma falsa impressão de que alterações significativas podem estar acontecendo e de que as mudanças feitas pelo CNJ estão cumprindo com seus objetivos.

Contudo, ao analisar os dados da questão que vimos ser o principal problema do processo adotivo, percebe-se que, na realidade, não houve alteração. O número de pretendentes que aceitam adotar adolescentes entre 15 e 17 anos não foi aumentado em nenhuma medida. O número de adolescentes entre 15 e 17 anos aptos à adoção, por sua vez, teve uma redução pequena. Essa redução pode ser, no entanto, devida ao alcance da maioria dos adolescentes, que deixam de fazer parte do cadastro e não estar diretamente ligada à sua adoção.

Por meio da pesquisa apresentada neste trabalho, foi possível determinar que a principal dificuldade para encontrar compatibilidade entre pretendentes e adotandos é a idade que os pretendentes colocam como restrição à criança que desejam adotar. A alteração do CNA pelo SNA, como vimos, apesar de trazer um ideal que coadune com a ideia de alterar a forma como a criança e o adolescente são vistos pelos pretendentes, apenas mascara o verdadeiro problema, pois não traz mudanças efetivas no momento do cadastro. A alteração do Guia para Adoção, que busca dar outra visão sobre o perfil aos pretendentes, foi a verdadeira mudança do CNJ, mas como discutido anteriormente, dificilmente trará transformações significativas se não for acompanhada de outras medidas.



## **Conclusão**

Diante de todo o exposto no presente trabalho, conclui-se que, apesar das inovações tanto legislativas quanto nos sistemas que coordenam a adoção, ainda não há mudança efetiva que altere as percepções culturais transmitidas de geração para geração a respeito da adoção e que, por sua vez, refletem no momento da seleção do perfil da criança ou adolescente desejado.

O modo como os filhos adotivos são considerados juridicamente foi alterado de maneira apropriada, conferindo a eles os mesmos tratamentos, direitos e obrigações que dos filhos biológicos. No entanto, ainda é possível perceber certa relutância do legislador em admitir a adoção como uma alternativa adequada e que contribuirá para o exercício pleno dos direitos das crianças e adolescentes.

Conforme analisado anteriormente, o próprio ECA estabelece que a inserção em família substituta, isto é, a adoção, é medida excepcional, que deve ser tomada nos casos em que todas as formas de tentativa de reinserção na família biológica tiverem sido falhas. No entanto, o instituto da adoção apresenta dificuldades que vão além da questão cultural e que precisam ser superadas para que essa medida seja mais eficiente do que tem se mostrado até o momento.

A principal dificuldade do instituto está na incompatibilidade entre o perfil da criança e do adolescente desejado e o perfil das crianças e adolescentes que estão, de fato, aptos à adoção. A idade da criança ou adolescente que será adotado é o ponto mais importante de análise dentro desse perfil, uma vez que é a questão na qual se apresenta a maior distância entre a realidade e a expectativa da adoção. Enquanto, em agosto de 2019, 2.162 adolescentes de 15 a 17 anos estavam esperando para serem adotados, apenas 464 pretendentes aceitariam adotar esses adolescentes.

A existência de uma obrigação pela escolha do perfil da criança ou adolescente desejado que confere ao pretendente a possibilidade de escolher determinadas

características de seus futuros filhos adotivos, permite a externalização de estereótipos e preconceitos que fazem parte da cultura brasileira com relação à adoção.

Uma visão crítica a respeito do perfil da criança ou adolescente desejado já se mostra presente na sociedade, o que fica claro com as inúmeras iniciativas que tratam do tema, como a criação dos grupos de apoio, a criação de políticas públicas, as apresentações de projetos de lei e a alteração do sistema coordenador do processo de adoção, realizada pelo CNJ.

A alteração do Cadastro Nacional de Adoção pelo Sistema de Adoção e Acolhimento junto com a alteração do Guia para Adoção não demonstram total empenho por parte do CNJ acerca dos problemas enfrentados pelo instituto da adoção. O Guia para Adoção, apesar de demonstrar o conhecimento sobre um importante problema da adoção, o perfil desejado, sozinho, infelizmente não tem força suficiente para alterar a realidade.

A exemplo disso, os dados após 8 meses da alteração do Guia para Adoção refletem que não houve qualquer mudança no sentido de contar com mais pretendentes que aceitem adotar adolescentes entre 15 e 17 anos, as idades mais comuns entre os adolescentes aptos à adoção.

Assim, o problema referente a idade selecionada pelos pretendentes no momento do cadastro no sistema coordenador do instituto da adoção precisa ser solucionado com urgência. O CNJ tem conhecimento sobre a disparidade entre o número de crianças e adolescentes aptos à adoção e os pretendentes habilitados, mas se mostra cego para realizar mudanças efetivas para alterar a situação.

O cadastro não sofreu qualquer alteração, assim como o perfil da criança ou adolescente desejado. Enquanto uma medida mais efetiva como (i) a não existência do perfil da criança ou adolescente desejado, (ii) a não obrigatoriedade da escolha desse perfil, ou (iii) a limitação das características que podem ser escolhidas no momento de

escolha desse perfil não for realizada, o instituto da adoção continuará apresentando a mesma deficiência e crianças e adolescentes continuarão alcançando a maioridade antes de serem adotados.

## Referências

ADOÇÃO: um encontro de amor. **Ministério Público do Paraná (MPPR)**. Disponível em: <<http://www.mppr.mp.br/pagina-6099.html>>. Acesso em: 6 de julho de 2019.

ALMEIDA, Patrícia e GADELHA, Fabiana. **Três vivas para a adoção! Guia para adoção de crianças e adolescentes**. Movimento de Ação e Inovação Social. Rio de Janeiro, 2018.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf?sequence=1>. Acesso em 27.06.2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução no 190/2014**. Disponível em: <[http://www.cnj.jus.br/files/atos\\_administrativos/resolucao-n190-01-04-2014-presidencia.pdf](http://www.cnj.jus.br/files/atos_administrativos/resolucao-n190-01-04-2014-presidencia.pdf)>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Resolução no 54/2008**. Cadastro Nacional de Adoção (CNA). Consulta pública. Dados estatísticos de pretendentes e de crianças e adolescentes. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cna/publico/relatorioEstatistico.php>>. Acesso em 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). **Resolução nº 113/2006**. Disponível em: < <http://dh.sdh.gov.br/download/resolucoes-conanda/res-113.pdf> > Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei n. 12.010, de 03 de agosto de 2009. **Nova Lei Nacional da Adoção**. Brasília, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm). Acesso em 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei no 12.012, de 3 de agosto de 2009. **Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943; e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 ago. 2009

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA**. Brasília, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm#art266](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266)>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.

BRASIL. Lei no. 3.071, 01/01/1916. **Código Civil de 1916**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei no. 3.133, 08/05/1957. **Altera o instituto da adoção prescrito no Código Civil de 1916.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm)>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

BRASIL. Lei Ordinária nº 12.955, de 05 de fevereiro de 2014. **Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer prioridade de tramitação aos processos de adoção em que o adotando for criança ou adolescente com deficiência ou com doença crônica.** Brasília. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12955.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12955.htm)>.

BRASIL. RESOLUÇÃO CNJ N. 289 DE 14 DE AGOSTO DE 2019. **Implantação e funcionamento do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**, ago 2019. Disponível em: <[https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_289\\_14082019\\_15082019141539.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_289_14082019_15082019141539.pdf)>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

CAMARGO, Mário Lázaro. **A adoção tardia no Brasil: desafios e perspectivas para o cuidado com crianças e adolescentes.** In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 2., 2005, São Paulo. Disponível em: <[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000200013&lng=en&nrm=abn)>. Acesso em: 30 de outubro de 2019.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Encontros e desencontros da adoção no Brasil: Uma análise do Cadastro Nacional de Adoção do Conselho Nacional de Justiça**, Brasília, 2013.

Conselho Nacional de Justiça (CNJ). **Guia do usuário do cadastro nacional de adoção.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça. Maio de 2009.

EBRAHIM, Surama Gusmão. Adoção Tardia: Altruísmo, Maturidade e Estabilidade Emocional. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2001, 14(1), pp. 73-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/prc/v14n1/5208.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

EPPOLD, Caroline Tozzi; HUTZ, Claudio Simon. Reflexão social, controle percebido e motivações à adoção: características psicossociais das mães adotivas. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 8, n. 1, p. 25-36, Apr. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

HERCULANO, Lemir Camimura. Adoção: CNJ integra cadastros e atualiza o passo a passo. **CNJ – Conselho Nacional de Justiça**, 11 de junho. de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89250-adocao-cnj-atualiza-o-passo-a-passo>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

HERCULANO, Lemir Camimura. Plenário aprova criação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento. **CNJ – Conselho Nacional de Justiça**, 6 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89349-plenario-aprova-resolucao-sobre-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

HERCULANO, Lemir Camimura e MONTENEGRO, Manuel Carlos. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento: visão integral sobre a infância. **CNJ – Conselho Nacional de Justiça**, 15 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/89387-sistema-nacional-de-adocao-e-acolhimento-visao-integral-sobre-a-infancia>>. Acesso em: 15 de outubro de 2019.

LEVINZON, Gina Khafif. A adoção na clínica psicanalítica: o trabalho com os pais adotivos. **Mudanças - Psicologia da Saúde**, S.l., v. 1, n. 14, p.24-31, maio 2006.

MACHADO, Elisa Clemente. **Adoção tardia e a campanha desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**: a construção de uma nova cultura da adoção.

2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória, Vitória, 2019.

MALDONADO, Maria Tereza. **Os caminhos do coração: Pais e filhos adotivos**. 3. ed. S.l: Saraiva, 1997. 104 p.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 10, p.356-372, jan. 2010. Disponível em: <<http://www.revispsi.uerj.br/v10n2/artigos/pdf/v10n2a05.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2019.

PAIVA, Leila de Dutra. **Adoção: Significados e possibilidades**. S.l: Casa do Psicólogo, 2004. 92 p.

PEREIRA, Paulo José & OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino de. **Uma análise preliminar do perfil demográfico das crianças e adolescentes cadastrados para adoção no município de São Paulo**. In: 19 SINAPE - Simpósio Nacional de Probabilidade e Estatística. Campinas, SP. 2010 Disponível em: <<http://www.ime.unicamp.br/sinape/sites/default/files/RESUMOPauloJos%C3%A9.pdf>>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

PEREIRA, Paulo José. **Adoção: realidade e desafios para um Brasil do século XXI**. 2012. 185 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280648>>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

SANTOS, Luzinete Santos. Adoção no Brasil: desvendando mitos e preconceitos. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 54, ano XVIII, 1997.



SASSON, Melissa Daiane Hans & SUZUKI, Verônica Kemmelmeier. Adoção de crianças maiores: percepções de profissionais do Serviço de Auxílio à Infância. **Revista de Psicologia da UNESP 11 (2)**, 2012, p 58-71.

SCHETTINI FILHO, Luiz. **Compreendendo os pais adotivos**. S.l: Bagaço, 2005. 126 p.

SILGUEIRO, Maria Tereza; BARBOSA, Sandra Helena; FALCÃO, Simone (org.). **Infância e Juventude - Cadastros do CNJ: A experiência prática do TJ PE**. Pernambuco: Coordenadoria da Infância e Juventude de PE, 2016.

SILVA, Fabíola Helena Oliveira Brandão da; CAVALCANTE, Lília Iêda Chaves; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Pretendentes à adoção de crianças no Brasil: um estudo documental. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 2, p. 67-80, 2016. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-29702016000200006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000200006&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 de junho de 2019.

Superior Tribunal de Justiça (STJ). Princípio do melhor interesse da criança impera nas decisões do STJ. **OAB SP**: 148a subseção de Santo Inácio, São Paulo, 14 jun. 2010.

Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP). Provimento CG nº 6. **Criação de Grupo de Trabalho para qualificação dos profissionais de serviço social e psicologia nas áreas da Infância e da Juventude, Família e Violência Doméstica**. 2015. Disponível em: [https://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Provimentos/Provimento\\_6\\_2015.pdf](https://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Provimentos/Provimento_6_2015.pdf). Acesso em: 23 de outubro de 2019.

VARGAS, Marлизete Maldonado. **Adoção tardia: da família sonhada à família possível**. 2. ed. [S.l.]: Casa do Psicólogo, 2013

VIEIRA, Joice Melo. **Os filhos que escolhemos: discursos e práticas da adoção em camadas medias**. 2004. 192p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de

Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279542>>. Acesso em: 19 de outubro de 2019.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj & CORNÉLIO, Soraya Afonso. Filhos adotivos: amores ou dissabores? Em **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (Org.)**. Caderno de Resumos, 46ª Reunião Anual para o Progresso da Ciência. Vitória, 1995.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj & GAGNO, Adriana Pellanda. Onde estão os vínculos afetivos das crianças institucionalizadas? Em **Congresso Latino-Americano de Psiquiatria da Infância e da Adolescência (Org.)**. Caderno de Resumos, X Congresso de Psiquiatria. Curitiba, 1995.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj, CORNÉLIO, Soraya Afonso, GAGNO, Adriana Pellanda. e SILVA, Milena Leite. Adoção: pré-conceitos, conceitos e pós-conceitos. Em **Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (Org.)**. Caderno de Resumos, 46ª Reunião Anual para o Progresso da Ciência. Vitória: SBPC, 1994.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj & KOSSOBUDZKI, Lucia Helena Milazzo. **Filhos da solidão: institucionalização, abandono e adoção**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 1996.

WEBER, Lidia Natalia Dobrianskyj. **Aspectos psicológicos da adoção**. 2. ed. Curitiba: Afiliada, 2003. 186 p.

## Anexo I – Ficha Cadastral de Criança ou Adolescente no Cadastro Nacional de Adoção (CNA)

### FICHA DE CADASTRO DE CRIANÇA/ADOLESCENTE

(OS DADOS DEVERÃO SER PREENCHIDOS EM LETRA DE FORMA)

#### DADOS GERAIS (\*) Campos Obrigatórios

\*Nome Completo: \_\_\_\_\_

\*Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

\*Data da disponibilização para Adoção: \_\_\_\_\_

\*Local de Nascimento: \_\_\_\_\_ \* Estado: \_\_\_\_\_

\*Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

\*Tem Irmãos: ( ) Sim ( ) Não Se sim, quantos: \_\_\_\_\_

\*Criança é gêmea de outra: ( ) Sim ( ) Não

\*Raça/Cor: ( ) Preta ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena

\*Condições de Saúde: ( ) Doença tratável ( ) Doença não tratável  
 ( ) Deficiência física ( ) Deficiência Mental  
 ( ) Vírus HIV ( ) Nenhuma das opções anteriores  
 ( ) Ignorado (não se sabe)

\*Criança abrigada: ( ) Sim ( ) Não Nome do Abrigo: \_\_\_\_\_

E-mail para contato: \_\_\_\_\_

#### DADOS DOS PAIS (\*) Campos Obrigatórios

\*Nome da Avó Materna: \_\_\_\_\_ ( ) Indisponível

\*Nome da Mãe: \_\_\_\_\_ ( ) Indisponível

Nome do Pai: \_\_\_\_\_

\*Motivo pelo qual perdeu o poder familiar:

( ) Abandono

( ) Castigo imoderado

( ) Ambiente contrário à moral e os bons costumes

( ) Descumprimento injustificado/reiterado dos deveres do poder familiar

( ) Óbito dos pais

( ) Entrega Voluntária

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel 1: \_\_\_\_\_ Tel 2: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

#### ANEXAR FOTO

## Anexo II – Modelo de Petição Inicial para Pedido de Habilitação TJMG

[illegible]



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Requerimento de Habilitação de  
Postulante(s) à Adoção no  
Cadastro de Pretendentes

Cédula de Identidade (número do registro geral - RG e órgão expedidor)

Cadastro de Pessoa Física (CPF)

Telefones para contato

Endereço de e-mail

**ENDEREÇO RESIDENCIAL**

Logradouro (rua, avenida, alameda, praça, travessa, etc.)

Número

Complemento (número do apartamento, bloco, etc)

Bairro

Cidade

CEP

Estado

Tipo de moradia (indicar se a residência é própria ou alugada ou se reside com familiares ou com terceiros)

Moram outras pessoas na mesma residência? Se SIM, indicar se enteado, sobrinho, primo, afilhado, etc.  
Não é necessário indicar os filhos naturais

**ENDEREÇO PROFISSIONAL**

Não exerce atividade remunerada ☐


Nome da Empresa, órgão ou instituição em que trabalha, indicando se é empregado ou funcionário, e no caso de autônomo ou pequeno empresário, indicar a natureza do negócio, como escritório, loja, oficina, etc.

Logradouro (rua, avenida, alameda, praça, travessa, etc.)

Número

Complemento (número do apartamento, bloco, etc)

Bairro

	<b>Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais</b> <b>Tribunal de Justiça</b>	<b>Requerimento de Habilitação de</b> <b>Postulante(s) à Adoção no</b> <b>Cadastro de Pretendentes</b>
---	---	--

Cidade <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
CEP <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	Estado <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>
Renda mensal média <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
<b>SEGUNDO REQUERENTE</b> <small>Se a habilitação for postulada por requerente único, deixar os campos abaixo em branco.</small> <b>QUALIFICAÇÃO</b>	
Nome Completo <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Naturalidade (Cidade e Estado) <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Data de nascimento <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Filiação <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div> <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Estado Civil <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Profissão <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Escolaridade <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Cédula de Identidade (número do registro geral - RG e órgão expedidor) <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Cadastro de Pessoa Física (CPF) <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Telefones para contato <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	
Endereço de e-mail <div style="border: 1px solid black; height: 25px; width: 100%;"></div>	

Cód. 10.30.713-3, versão de 29/08/2018

Pág 3/6



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Requerimento de Habilitação de  
Postulante(s) à Adoção no  
Cadastro de Pretendentes

Mesmo endereço do primeiro requerente ☐

Outro endereço ☐

Logradouro (rua, avenida, alameda, praça, travessa, etc.)

Número

Complemento (número do apartamento, bloco, etc)



Bairro

Cidade

CEP

Estado



Tipo de moradia (indicar se a residência é própria ou alugada ou se reside com familiares ou com terceiros)

Moram outras pessoas na mesma residência? Se SIM, indicar se enteado, sobrinho, primo, afilhado, etc.  
Não é necessário indicar os filhos naturais

**ENDEREÇO PROFISSIONAL**

Não exerce atividade remunerada ☐

Nome da Empresa, órgão ou instituição em que trabalha, indicando se é empregado ou funcionário, e no caso de autônomo ou pequeno empresário, indicar a natureza do negócio, como escritório, loja, oficina, etc.

Logradouro (rua, avenida, alameda, praça, travessa, etc.)

Número

Complemento (número do apartamento, bloco, etc)



Bairro

Cidade

CEP

Estado



Renda mensal média



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Requerimento de Habilitação de  
Postulante(s) à Adoção no  
Cadastro de Pretendentes

#### DADOS DOS FILHOS

Nome completo do primeiro filho

Data de nascimento

Gênero



Filiação: Use a tecla "TAB" para navegar nos quadrados e tecla "ENTER" PARA MARCAR ou DESMARCAR a opção.

Só do primeiro requerente ☐

Só do segundo requerente ☐

Do casal ☐

Adotivo ☐

Natural ☐

Nome completo do segundo filho

Data de nascimento

Gênero



Filiação:

Só do primeiro requerente ☐

Só do segundo requerente ☐

Do casal ☐

Adotivo ☐

Natural ☐

Nome completo do terceiro filho

Data de nascimento

Gênero



Filiação:

Só do primeiro requerente ☐

Só do segundo requerente ☐

Do casal ☐

Adotivo ☐

Natural ☐

Nome completo do quarto filho

Data de nascimento

Gênero



Filiação:

Só do primeiro requerente ☐

Só do segundo requerente ☐

Do casal ☐

Adotivo ☐

Natural ☐





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça

Requerimento de Habilitação de  
Postulante(s) à Adoção no  
Cadastro de Pretendentes

**ESPECIFICAÇÃO DE PERFIL DA CRIANÇA/ADOLESCENTE ADOTANDO**

Sem restrição ☐

Faixa etária

Raça

Gênero

Necessidades especiais

Grupos de irmãos (se for o caso, indicar a quantidade máxima de irmãos e a faixa etária limite do irmão mais velho)

Aceita(m) gêmeos ☐

O(s) requerentes, devidamente qualificados acima, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, postular sua habilitação e subsequente inscrição no cadastro de pretendentes à adoção, nos termos do art. 50 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Requer(em) o recebimento e o processamento do presente pedido e dos documentos anexos, nos termos do art.197-A e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Termos em que:

Pede(m) deferimento.

Local e data do requerimento

Assinatura(s)

### Anexo III – Modelo de Avaliação Psicossocial



Modelo de avaliação psicossocial para cadastramento como adotante

#### **AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL PARA CADASTRAMENTO COMO PRETENDENTE À ADOÇÃO**

##### **DADOS PESSOAIS DO PRIMEIRO PRETENDENTE**

##### **(\*) Campos Obrigatórios**

\*Nome Completo: \_\_\_\_\_

\*CPF: \_\_\_\_\_ \*Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

\*Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

\*Estado Civil: ( ) Solteiro(a) ( ) Casado(a) ( ) Viúvo(a) ( )

Divorciado(a) ( ) União estável ( ) Separado Judicialmente

\*Nº RG: \_\_\_\_\_ \* Órgão Emissor: \_\_\_\_\_

\*Nacionalidade: \_\_\_\_\_

\*Local de Nascimento: \_\_\_\_\_ \* Estado: \_\_\_\_\_

\*Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

\*Nome do Pai: \_\_\_\_\_

\*Escolaridade: ( ) Analfabeto ( ) Ensino Fundamental Completo ( )  
Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo ( ) Ensino  
Médio Incompleto ( ) Ensino Superior Completo ( ) Ensino Superior  
Incompleto ( ) Especialização ( ) Mestrado ( ) Doutorado

\*Profissão:

( ) Empregado de Empresa do setor privado

( ) Empregado de organismo internacional ou organização  
não-governamental

( ) Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego

( ) Proprietário de empresa ou de firma individual ou  
empregador-titular

( ) Membro ou servidor público da administração direta ou indireta

( ) Aposentado

( ) Outros



**\*Faixa Salarial:**

- ( ) Até ¼ de salário mínimo ( ) De ¼ a ½ salário mínimo  
 ( ) De ½ a 1 de salário mínimo ( ) De 1 a 2 salários mínimos  
 ( ) De 2 a 3 salários mínimos ( ) De 3 a 5 salários mínimos  
 ( ) De 5 a 10 salários mínimos ( ) De 10 a 15 salários mínimos  
 ( ) De 15 a 20 salários mínimos ( ) De 20 a 30 salários mínimos  
 ( ) Mais de 30 salários mínimos ( ) Sem rendimento

E-mail: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

\*Possui filhos biológicos: \_\_\_\_\_ Se sim, quantos: \_\_\_\_\_

\*Possui filhos adotivos: \_\_\_\_\_ Se sim, quantos: \_\_\_\_\_

\*Participa de grupo de apoio à adoção: \_\_\_\_\_

Raça/Cor: ( ) Preta ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena

**ENDEREÇO RESIDENCIAL (\*) Campos Obrigatórios**

\*Endereço: \_\_\_\_\_

\*Bairro: \_\_\_\_\_ \*CEP: \_\_\_\_\_

\*Cidade: \_\_\_\_\_ \*UF: \_\_\_\_\_

\*Tel. 1: \_\_\_\_\_ Tel. 2: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

Imóvel ( ) próprio ( ) alugado ( ) outros

Tipo de Habitação \_\_\_\_\_

N.º de Acomodações (descrição): \_\_\_\_\_

Quantas pessoas residem na casa? \_\_\_\_\_

Grau de parentesco? \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO PROFISSIONAL**

Nome da Empresa: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_



Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Tel. 1: \_\_\_\_\_ Tel. 2: \_\_\_\_\_ Fax: \_\_\_\_\_

## **SEGUNDO PRETENDENTE (\*) Campos Obrigatórios**

\*Há um segundo pretendente: \_\_\_\_\_

### **DADOS DO SEGUNDO PRETENDENTE (\*) Campos Obrigatórios**

\*Nome Completo: \_\_\_\_\_

\*CPF: \_\_\_\_\_ \* Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

\*Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

\*Estado Civil: ( )Solteiro(a) ( )Casado(a) ( )Viúvo(a) ( )Divorciado(a)  
( ) União estável

\*Nº RG: \_\_\_\_\_ \* Órgão Emissor: \_\_\_\_\_

\*Nacionalidade: \_\_\_\_\_

\*Local de Nascimento: \_\_\_\_\_ \* Estado: \_\_\_\_\_

\*Nome da Mãe: \_\_\_\_\_

Nome do Pai: \_\_\_\_\_

\*Escolaridade:

( ) Analfabeto ( ) Ensino Fundamental Completo

( ) Ensino Fundamental Incompleto ( ) Ensino Médio Completo

( ) Ensino Médio Incompleto ( ) Ensino Superior Completo

( ) Ensino Superior Incompleto ( ) Especialização

( ) Mestrado ( ) Doutorado

\*Profissão:

( ) Empregado de Empresa do setor privado

( ) Empregado de organismo internacional ou organização não-governamental

( ) Profissional liberal ou autônomo sem vínculo de emprego

( ) Proprietário de empresa ou de firma individual ou empregador-titular

( ) Membro ou servidor público da administração direta ou indireta

( ) Aposentado

( ) Outros



\*Faixa Salarial:

- ( ) Até ¼ de salário mínimo ( ) De ¼ a ½ salário mínimo  
 ( ) De ½ a 1 salário mínimo ( ) De 1 a 2 salários mínimos  
 ( ) De 2 a 3 salários mínimos ( ) De 3 a 5 salários mínimos  
 ( ) De 5 a 10 salários mínimos ( ) De 10 a 15 salários mínimos  
 ( ) De 15 a 20 salários mínimos ( ) De 20 a 30 salários mínimos  
 ( ) Mais de 30 salários mínimos ( ) Sem rendimento

E-mail: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

\*Data da União: \_\_\_\_\_

\*Participa de grupo de apoio à adoção: \_\_\_\_\_

\*Possui filhos biológicos (que não seja com o primeiro pretendente): \_\_\_\_\_

Se sim, quantos: \_\_\_\_\_

Raça/Cor: ( ) Preta ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena

### **PERFIL DA CRIANÇA/ADOLESCENTE DESEJADA** **DADOS GERAIS (\*) Campos Obrigatórios**

\*Quantas crianças deseja adotar: \_\_\_\_\_

\*Faixa Etária: de \_\_\_\_ anos e \_\_\_\_ meses a \_\_\_\_ anos e \_\_\_\_ meses

\*Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Indiferente

\*Aceita adotar de outro estado: \_\_\_\_\_

\*Selecione os estados:

- ( ) AC ( ) AL ( ) AM ( ) AP ( ) BA ( ) CE ( ) DF ( ) ES ( ) GO ( ) MA ( ) MG  
 ( ) MT ( ) MS ( ) PA ( ) PB ( ) PE ( ) PI ( ) PR ( ) RJ ( ) RN ( ) RO ( ) RR  
 ( ) RS ( ) SC ( ) SE ( ) SP ( ) TO ( ) Selecionar todos estados

\*Raça/Cor:

- ( ) Preta ( ) Branca ( ) Amarela ( ) Parda ( ) Indígena ( ) Indiferente



\*Não aceita com:

- ( ) Doença tratável ( ) Doença não tratável  
( ) Deficiência física ( ) Deficiência Mental  
( ) Vírus HIV ( ) Não faz restrição

### **DA MOTIVAÇÃO PARA ADOÇÃO**

Como surgiu o desejo de adotar uma criança/adolescente?

---

Dificuldade ou impossibilidade de procriar? De quem?

---

Como se sente(m) a respeito da infertilidade?

---

Tentou algum tipo de tratamento? Qual (is)? Durante quanto tempo?

---

Quem tomou a decisão final da adoção?

---

Antes de procurar o Juizado da Infância e da Juventude já houve alguma tentativa de adoção?

---

O que significa adoção para você(s) e quais seus sentimentos em relação a isso?

---

Existem casos de adoção na família? Quem adotou? Como foi o processo?

---



A decisão de adotar foi comunicada aos familiares e amigos? Como reagiram?

---

Como pensa (m) em se organizar para a chegada da criança?

---

Como e quando pretendem revelar a criança sobre a sua adoção?

---

Quais as expectativas em relação ao futuro da criança?

---

Visita(m) instituições de acolhimento de crianças? Qual (is)?

---

1. RELACIONAMENTO DOS CÔNJUGES:

---

2. ENTROSAMENTO FAMILIAR

---

3. HISTÓRIA DE VIDA DOS CANDIDATOS

---

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PARECER

---

XXX, de de

## Anexo IV – Consulta de Pretendentes e Crianças/Adolescentes

Detalhe pretendente nacional

Crianças disponíveis (65)

Mudar órgão responsável

Alterar cadastro

Vara responsável

Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - Brasília - Auditoria Militar  
(Dados do órgão)

Cadastro de criança

Pretendentes disponíveis (2133)

Mudar órgão responsável


Alterar cadastro

Vara responsável


Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco - Recife - 1ª Vara Cível da Capital - Seção A  
(Dados do órgão)



## Anexo V – Pré-Cadastro no Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA)


**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

Pré-Cadastro de Pretendentes
Acesso a Pretendentes
Estatísticas



**SNA**
Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento

Usuário

Senha

INICIAR

Esqueci minha senha


**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento**

**ATENÇÃO :** Após concluído o cadastro não será possível alterar os dados. Preencha com cuidado

Prezado pretendente(s),

Existem três tipos possíveis de perfis:

Municipal: Aceita adotar apenas em seu município. Mesmo que apareça uma criança dentro do seu perfil em outro município qualquer, este pretendente não entrará na fila para aquela criança.

Estadual: Aceita adotar em seu município e também em todos os outros municípios de seu estado. Neste caso, se aparecer uma criança disponível à adoção em outro estado, mesmo com perfil compatível, este pretendente não entrará na fila para aquela criança.

Nacional: Aceita adotar em seu município, em todos os outros municípios de seu estado e também em outros estados, podendo ser em todos os estados do país ou somente alguns, à sua escolha. Neste caso, se o pretendente reside, por exemplo, na cidade de São Paulo e escolheu o perfil Nacional, selecionado também os estados do Paraná e Minas Gerais, e uma criança compatível com seu perfil fica disponível para adoção no estado do Espírito Santo, este pretendente não entrará na fila para aquela criança.

Ressaltamos que no processo adotivo é necessário a aproximação com a criança/adolescente a ser adotado, podendo exigir, de acordo com as características da criança/adolescente, algumas visitas à criança bem como idas a audiências na cidade da mesma. Assim, pode ser necessário alguns deslocamentos e até pernoites em outras cidades, caso se trate de adoção fora de seu município.

## Registro de Pré-Cadastro de Pretendentes

CARACTERÍSTICAS DO  
PRETENDENTE

DADOS DO 1º PRETENDENTE

DADOS DO 2º PRETENDENTE

CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA A  
SER ADOTADA

Tipo

Nacional

Casal ?

☒ Sim☐ Não

Estados em que aceita adotar

☐ Marcar Todos☐ AC☐ AL☐ AP☐ AM☐ BA☐ CE☐ DF☐ ES☐ GO☐ MA☐ MT☐ MS☐ MG☐ PA☐ PB☐ PR☐ PE☐ PI☐ RN☐ RS☐ RJ☐ RO☐ RR☐ SC☐ SP☐ SE☐ TO

Data do Casamento/União

Data do Casamento/União

PRÓXIMO →

## Registro de Pré-Cadastro de Pretendentes

CARACTERÍSTICAS DO  
PRETENDENTE

DADOS DO 1º PRETENDENTE

DADOS DO 2º PRETENDENTE

CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA A  
SER ADOTADA

Nome

Nome

CPF

CPF

Sexo

Selecionar

Data de Nascimento

Data de Nascimento

RG

RG

Órgão Emissor

Órgão Emissor

Nome do Pai

Nome do Pai

Nome da Mãe

Nome da Mãe

Estado Civil

Selecionar

Escolaridade	Selecionar
Profissão	Selecionar
Faixa Salarial	Selecionar
País de Origem	Brasil
Estado de Origem	Selecionar
Município de Origem	Selecionar

Endereços

1º Endereço

Endereço Principal	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não
Tipo	Selecionar
Logradouro	Logradouro
Complemento	Complemento

Meios de Contato

1º Meio de Contato

Tipo	Selecionar
Número	Número
Observações	Observações

EXCLUIR CONTATO

Novo Contato?	<input type="radio"/> Sim
Quantidade de Filhos Biológicos	0
Quantidade de Filhos Adotados	0

← ANTERIOR

PRÓXIMO →

## Registro de Pré-Cadastro de Pretendentes

CARACTERÍSTICAS DO PRETENDENTE	DADOS DO 1º PRETENDENTE	DADOS DO 2º PRETENDENTE	CARACTERÍSTICAS DA CRIANÇA A SER ADOTADA
Idade Mínima	<input type="text" value="0"/>	anos e <input type="text" value="0"/>	meses
Idade Máxima	<input type="text" value="0"/>	anos e <input type="text" value="0"/>	meses
Quantidade Máxima a ser Adotada	<input type="text" value="0"/>		
De que sexo?	Selecionar ▼		
Aceita com Deficiência Física?	Selecionar ▼		
Aceita com Deficiência Mental?	Selecionar ▼		
Aceita com Problema de Saúde?	Selecionar ▼		
Aceita com Doença Infecto-Contagiosa?	<input type="radio"/> Sim <input checked="" type="radio"/> Não		
Aceita Irmãos?	Selecionar ▼		
Número	<input type="text" value="Número"/>		
CEP	<input type="text" value="CEP"/>		
Bairro	<input type="text" value="Bairro"/>		
País	Brasil ▼		
Estado	Selecionar ▼		
Município	Selecionar ▼		
<div>EXCLUIR ENDEREÇO</div>			
Novo Endereço?	<input type="radio"/> Sim		
Preferência Étnica?	<input checked="" type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não		
Etnias Aceitas	<input type="checkbox"/> Amarela <input type="checkbox"/> Branca <input type="checkbox"/> Não Informado <input type="checkbox"/> Indígena <input type="checkbox"/> Preta <input type="checkbox"/> Parda		
<div>← ANTERIOR</div> <div>+ ADICIONAR</div>			